

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

LAÍS COSTA XAVIER

**NECESSIDADES DE UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES POR SISTEMA
DE COTAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO**

JUIZ DE FORA

2018

LAÍS COSTA XAVIER

**NECESSIDADES DE UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES POR SISTEMA
DE COTAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do Mestrado Profissional em Administração Pública, da faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar José dos Santos

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Xavier, Laís Costa.

Necessidades de universitários ingressantes por sistema de cotas para a melhoria do desempenho acadêmico / Laís Costa Xavier. -- 2018.

105 p. : il.

Orientador: Gilmar José dos Santos

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, 2018.

1. Pnaes. 2. Políticas públicas. 3. Cotas. I. Santos, Gilmar José dos, orient. II. Título.

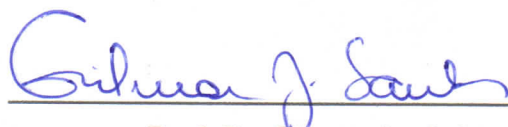
LAÍS COSTA XAVIER

**NECESSIDADES DE UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES POR SISTEMA DE
COTAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública.

Aprovada em: 15 / 10 / 2018.

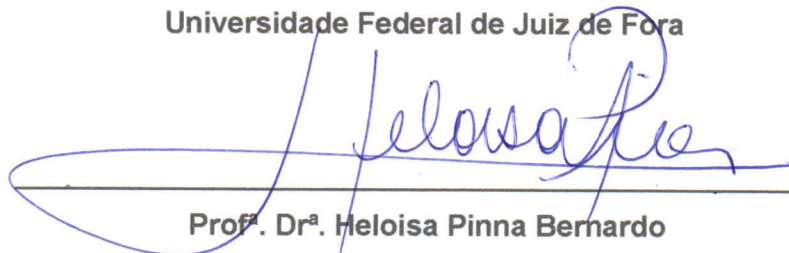
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Gilmar José dos Santos

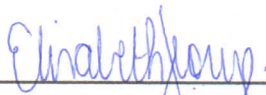
Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora



Profª. Drª. Heloisa Pinna Bernardo

Universidade Federal de Juiz de Fora



Profª. Drª. Elisabeth Gonçalves de Souza

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Suely e Léo, pelo apoio que me deram para me dedicar aos estudos, sempre com exemplos que me motivaram na vida.

Ao meu marido, Ramon, pelo amparo e amor de sempre.

À minha família, pelo carinho.

Aos colegas da Proae, pelo coleguismo e apoio que me deram nesta capacitação.

Ao Prof. Dr. Marcos Souza Freitas, Pró-Reitor de Assistência Estudantil da UFJF, pelo incentivo à minha capacitação.

Ao orientador, Prof. Dr. Gilmar José dos Santos, pela atenção neste trabalho.

Aos alunos que auxiliaram no resultado desta pesquisa.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, que me proporcionou a oportunidade de me capacitar pessoal e profissionalmente.

RESUMO

A assistência estudantil tem como finalidade viabilizar a igualdade de oportunidades entre os discentes que ingressam nas Instituições de Ensino Superior (Ifes). Por isso, o estudo pretende aprimorar essa viabilidade para um grupo específico de discentes (aqueles que ingressaram pelas cotas A e B), devido à possível maior vulnerabilidade desses grupos. Para isso, a pesquisa tem como intenção investigar as maiores necessidades desse público para, no fim, propor alguma intervenção pela Pró-reitoria de assistência estudantil (Proae). Essa intervenção tem como alvo a melhora do desempenho acadêmico desses estudantes para que obtenham uma formação de qualidade, priorizando assim, uma maior igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Pnaes. Políticas Públicas. Cotas. Desempenho acadêmico.

ABSTRACT

The student assistance has the finality to make feasible the equality of opportunities among the undergraduate that join the public university. Therefore, the study intends to improve this viability for an specific group of students (those that joined the course by groups A or B), because of the greater possibility of vulnerability of those. For this, the research has the intention to investigate the bigger necessities of this public in order to, at the end, propose some intervention for the Pro-rectory of students assistance. This intervention has as a target to improve the academic achievement of this students to obtain a quality training, prioritizing thus a greater equality of opportunities.

Keywords: Pnaes. Public politics. Quotas. Academic performance.

LISTA DE ABREVIATURAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IRA	Índice de rendimento acadêmico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
Pnaes	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional da Educação
Reuni	Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Siga3	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
TAE	Técnico administrativo em educação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Porcentagem de vagas por grupo de acesso – segundo semestre de 2016	22
Gráfico 2	Porcentagem de vagas por grupo de acesso – primeiro semestre de 2017	23
Gráfico 3	Porcentagem de discentes com baixo rendimento por grupos de acesso – segundo semestre de 2016	35
Gráfico 4	Grupo de acesso dos respondentes	70
Gráfico 5	Atendimento diferenciado para ingressantes por cotas	70
Gráfico 6	Dificuldades dos discentes	71
Gráfico 7	Dificuldades dos discentes	73
Gráfico 8	Programas e projetos da Proae	74
Gráfico 9	Serviços da Proae	74
Gráfico 10	Participação em programa de desempenho acadêmico	75
Gráfico 11	Participação na Proae	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais dificuldades encontradas e propostas e solução das questões	78
Quadro 2	Remanejamento dos valores pagos aos discente	79
Quadro 3	Percentuais acrescidos ao salário conforme nível de escolaridade	81
Quadro 4	Complementação da verba do Pnaes pela UFJF	83
Quadro 5	Maior esclarecimento do processo seletivo	85
Quadro 6	Desburocratização do processo seletivo da Proae	86
Quadro 7	Melhora na conciliação da vida acadêmica com outras atividades	88
Quadro 8	Implantação de um novo programa de desempenho acadêmico pela Proae	89
Quadro 9	Melhora na conciliação da vida acadêmica com outras atividades	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de vagas por grupo de acesso – segundo semestre de 2016	22
Tabela 2	Quantidade de vagas por grupo de acesso – primeiro semestre de 2017 – <i>Campus Juiz de Fora</i>	23
Tabela 3	Nota de corte Sisu 2017 – campus Juiz de Fora	29
Tabela 4	Discentes bolsistas da assistência estudantil com insuficiência de rendimento acadêmico – por curso	32
Tabela 5	Formas de ingresso dos discentes com baixo rendimento no segundo semestre de 2016	34
Tabela 6	Tempo de recebimento de bolsa/auxílio na assistência estudantil	36
Tabela 7	Fatores que influenciam no rendimento acadêmico	36
Tabela 8	Horas semanais além das aulas dedicadas ao estudo	39
Tabela 9	IRA médio por grupos de acesso	65
Tabela 10	IRA médio dos alunos bolsistas da Proae na UFJF – campus Juiz de Fora	65
Tabela 11	IRA médio dos alunos não bolsistas da Proae na UFJF – campus Juiz de Fora	66
Tabela 12	IRA médio dos alunos por área na UFJF – campus Juiz de Fora	66
Tabela 13	Respondentes por curso	68
Tabela 14	Maiores dificuldades dos alunos	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E COTAS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO	14
1.1 Histórico das Instituições Federais de Ensino	15
1.2 Surgimento da assistência estudantil	16
1.3 Ações afirmativas e lei de cotas	20
1.4 Pnaes	24
1.5 A assistência estudantil na UFJF	25
1.5.1 Falta de sistematização de um programa de acompanhamento de rendimento acadêmico, especificamente com relação aos cotistas A e B na UFJF – <i>campus</i> Juiz de Fora	41
1.5.2 Insuficiência na articulação da Proae com as coordenações de curso	41
1.5.3 Relatos de dificuldades na obtenção de informações por parte do discente	42
2 ESBOÇO DA REFLEXÃO TEORICA E MÉTODO DO ESTUDO EMPÍRICO	43
2.1 Esboço do referencial teórico	43
2.1.1 Políticas públicas na educação superior	44
2.1.2 Ações afirmativas nas IFES	46
2.1.3 Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior	49
2.1.4 Política Nacional de Assistência Estudantil	51
2.1.5 Equidade na educação	53
2.1.6 Atividades curriculares e motivação escolar	55
2.2 Estudo empírico	58
2.2.1 Método	60
2.2.2 Resultado das entrevistas em profundidade	61

2.2.3	Resultado da fase quantitativa	64
2.2.4	Resultado dos questionários aplicados	67
3	PLANO DE AÇÃO	77
3.1	Maior divulgação das ações da assistência estudantil	79
3.2	Remanejamento das bolsas e auxílios	81
3.3	Possibilidade de aumento de verba pela UFJF	83
3.4	Esclarecimento sobre o processo seletivo	84
3.5	Implantação de sistema integrado de análise socioeconômica	86
3.6	Maior contato da Proae com as coordenações de curso	87
3.7	Implantação de novo programa de desempenho acadêmico	89
3.8	Aprimoramento da divulgação dos programas e projetos da Proae	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

O ensino superior público no Brasil teve início no princípio do século XIX e passou por constantes modificações até os dias atuais. Entre as atualizações com maior destaque estão as políticas de acesso e permanência. Quanto ao acesso, as cotas sociais e raciais são instrumentos de democratização do ingresso, pois permitem amenizar a discrepância na concorrência dos alunos advindos de escolas públicas – quando comparado às particulares – além de tornar competitivos grupos menos favorecidos pelo histórico racial e étnico¹. Destaque-se que as cotas são uma política recente e, apesar de já haver muitos estudos acerca do tema, ainda é importante tratá-lo e discuti-lo para que se transforme em uma política mais efetiva no Brasil.

Após a implementação da política torna-se importante o seu monitoramento e avaliação por parte do poder público e sociedade. Segundo Abrucio (2007) a transparência ou *accountability* são um dos eixos estratégicos para modernização do Estado brasileiro na medida em que a sociedade passa a ser um instrumento de controle sobre as ações do governo. Nesse sentido esse trabalho também pretende demonstrar os resultados das políticas públicas no âmbito institucional referente às cotas e à Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Assim o estudo pretende abordar a questão das cotas nas universidades públicas dentro da Pnaes, com o foco no desempenho acadêmico dos cotistas. Nesse escopo, será importante identificar as principais necessidades que influenciam o desempenho acadêmico e como a assistência estudantil poderá intervir de modo a melhorá-lo, por meio de programas e projetos a serem desenvolvidos pelos profissionais que compõem sua estrutura ou futuros projetos.

As Universidades Federais foram criadas no momento da expansão da industrialização no Brasil pela necessidade de mão de obra qualificada. O público presente nas primeiras instituições era mais elitista, entretanto, com o tempo, esse quadro foi se modificando devido à implantação de políticas públicas orientadas para a universalização do ensino superior.

Diante de movimentos sociais em defesa do amparo à classe estudantil em conjunto com a assistência social, as políticas para o setor foram se fortalecendo até que a assistência ao estudante foi incluída no Plano Nacional da Educação – PNE (FONAPRACE, 2012).

Mais adiante, nos anos 2000, com a ampliação do número de universidades e programas governamentais de apoio, foi-se construindo a necessidade da implantação de

¹ Nesta dissertação, os conceitos de raça e etnia adotados são, segundo posicionamento moderno, designações diversas, sendo que raça não é um fator que explica o social. Na verdade, trata-se da percepção de diferenças físicas no fato de terem incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos nas relações sociais. Já a etnia

ações afirmativas dirigidas ao público discente do ensino superior. Por isso, foram criadas as cotas sociais, em razão da vulnerabilidade socioeconômica, além das cotas para pretos², indígenas e pardos.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o sistema de cotas teve início em 2006, entretanto, a metodologia hoje utilizada foi implantada em 2013, devido à lei de cotas sancionada em 2012 pela lei 12.711/2012, a qual é seguida pelas Instituições de Ensino Superior atualmente.

O Pnaes determina uma renda mínima para obtenção do benefício assistencial, qual seja, 1,5 salários-mínimos por pessoa da família, assim como a lei das cotas sociais. Diante disso, normalmente o estudante que ingressa por cotas referentes à renda familiar é aquele que solicita a assistência estudantil, ou seja, existe muita proximidade entre essas políticas, além disso, percebe-se que há maior vulnerabilidade nesses grupos.

É importante frisar que, para que esses alunos socialmente vulneráveis possam permanecer e concluir a graduação, a assistência estudantil desempenha papel fundamental, tanto financeiramente, com bolsas e auxílios quanto com apoio psicológico, pedagógico e de assistência social a esses discentes. Esse quadro de profissionais especializados fornece aos estudantes um amparo a outras questões, tais como: cognitivas, comportamentais, socioeconômicas, dentre outras, ou seja, a assistência estudantil tem o papel de melhorar a qualidade da permanência do discente, reduzindo assim a evasão e a retenção escolar.

Na UFJF, especificamente, percebe-se que há uma diferença no rendimento acadêmico dos alunos provenientes de cotas quando comparados aos não cotistas. O que se pretende em congruência com a necessidade de acompanhamento e *accountability* da política pública, verificar os fatores que influenciam no desenvolvimento acadêmico dos alunos ingressantes pelas cotas A e B. A escolha pelos alunos advindos das cotas A e B se deu pelas dificuldades percebidas no desempenho desses grupos. Percebe-se que existem dificuldades entre os outros discentes também, entretanto o recorte foi feito para primeiro atender os alunos de maior dificuldade socioeconômica.

Para entender melhor este estudo, é importante identificar a divisão dos grupos de acesso pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada) na UFJF. Sendo assim, o grupo A é composto por aqueles que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham renda per capita de até 1,5 salários-mínimos por pessoa da família; o grupo B são aqueles que não se

² Nesta dissertação, serão utilizados os termos *pretos* e *cor preta*; e *população negra* – que inclui *pretos* e *pardos* – conforme classificação atual adotada pelo IBGE (<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>) e constante no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 20 de julho de 2010).

declaram pretos, pardos e indígenas mas que possuem renda de até 1,5 salários-mínimos por pessoa da família; o grupo C são os de ampla concorrência; o grupo D são aqueles que, independente da renda familiar, estudaram todo o ensino médio em escola pública e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas; e o grupo E são aqueles que, independente da renda familiar, estudaram todo o ensino médio em escola pública e que não se declaram pretos, pardos e indígenas.

Por isso, propõe-se a seguinte questão para esta dissertação: Quais as necessidades dos alunos ingressantes na UFJF pelos grupos A e B para melhoria do desempenho acadêmico? Diante dessa proposta, o Pnaes pode se tornar uma política pública mais efetiva, na medida em que será possível conhecer e se aprofundar nas necessidades prioritárias dos alunos com maior necessidade acadêmica.

Em consequência, quanto ao objetivo geral, este estudo se propõe a identificar as necessidades que influenciam o desempenho acadêmico dos alunos ingressantes pelos grupos A e B da UFJF. Portanto, para a consecução desse objetivo geral, será necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

1. Obter relatos dos discentes (grupos A e B) sobre as dificuldades acerca do desempenho acadêmico;
2. Relacionar os fatores de dificuldades do desempenho acadêmico com o rendimento acadêmico do aluno;
3. Levantar a opinião dos pesquisados sobre os programas e projetos da Proae.

Assim, a pesquisa está dividida em três capítulos: no capítulo 1 será descrito o caso de gestão com abordagem focada no funcionamento do Pnaes na assistência estudantil e das cotas na UFJF, o capítulo 2 trata do referencial teórico com a finalidade de traçar parâmetros para o trabalho além do estudo empírico sobre o tema, e o capítulo 3 traz propostas para o caso de gestão apresentado.

1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E COTAS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm se transformando ao longo dos anos. Em um primeiro momento, o acesso era mais comum aos indivíduos de classes sociais mais altas, pela facilidade de ingresso e manutenção desses grupos nas instituições superiores de ensino, o que se perpetuou por bastante tempo. As políticas públicas para modificar esse quadro surgiram no início do século passado, no momento da industrialização no Brasil (OLIVEN, 2002).

A assistência ao estudante trouxe maior possibilidade de ampliação das vagas aos discentes com maior vulnerabilidade socioeconômica e essa demanda se fortaleceu com os movimentos sociais e estudantis após os anos 1980, com a redemocratização do Brasil. Após esse período, o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ampliou ainda mais a atuação das universidades públicas, por isso também o acesso a essas instituições, conjuntamente com o Fonaprace – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012).

Ainda dentro desse escopo, no ano de 2012, a política de cotas surgiu como um instrumento de inclusão social de classes menos favorecidas historicamente. Por isso, as cotas raciais - que foram as primeiras criadas - e as cotas sociais tentam reduzir as desigualdades existentes entre as classes sociais (MAIO; SANTOS, 2005).

Diante disso, as políticas de assistência estudantil e cotas nas Universidades Públicas são instrumentos fundamentais que possibilitam reduzir a discrepância entre os discentes dos diferentes níveis sociais.

Este capítulo se dedica a apresentar o caso de implantação da política de cotas na UFJF além de tratar sobre a assistência estudantil desde o seu surgimento e desenvolvimento na instituição³. A divisão desse capítulo será feita da seguinte forma: primeiramente será apresentado o histórico das IFES, pois o estudo tem foco em uma universidade federal (UFJF). Logo em seguida, aborda-se o surgimento da assistência estudantil, dada a temática da política nacional. Outro tema em foco são as cotas, por isso, na próxima seção, o assunto são as ações afirmativas e a lei de cotas, trazendo dados obtidos na instituição sobre pontuação para ingresso entre os grupos de acesso. O próximo tópico trata do Pnaes de forma mais aprofundada, demonstrando sua necessidade como política pública para as IFES. Na

³ Este caso de gestão foi elaborado com base em pesquisa documental, dados secundários internos e entrevistas com profissionais da UFJF. Outros detalhes sobre os métodos do estudo são descritos na seção 2.2.

próxima seção, o enfoque será a assistência estudantil na UFJF com a descrição dos programas e projetos existentes na Proae – fundamentais na execução da política.

1.1 Histórico das Instituições Federais de Ensino

Os movimentos para que fossem consolidadas as universidades brasileiras surgiram com mais força início do século XX, sendo que apenas em 1920 foi criada – tardiamente, e sem uma política definida – a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, enquanto em outros países da América Latina, como o México e Peru, o surgimento se deu no início do século XVI (GOMES, 2002). Na década de 1930 o ensino passou a ser um direito público. Nesse momento, a industrialização e a urbanização trouxeram a necessidade de estruturar as instituições de ensino superior com a finalidade de atender às novas demandas do mercado de trabalho tanto no setor público quanto no privado (OLIVEN, 2002).

Entre os anos de 1940 e 1960, houve a federalização de várias universidades, que vincularam administrativamente outras faculdades já existentes. Além disso, algumas universidades estaduais, criadas nas décadas de 1930 e 1940 foram federalizadas, o que encorpou a rede de universidades federais à época, resultado de projeto de que cada ente da federação deveria possuir pelo menos uma universidade federal (TEIXEIRA, 2005).

Após a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, houve a criação da Universidade de Brasília, em 1961, ligada ao projeto desenvolvimentista da época. Ela foi a primeira que não foi criada através de uma associação de faculdades, tinha uma estrutura mais moderna, no estilo dos institutos de educação superior norte-americanos (VASCONCELOS, 2010).

Já em 1964, em meio à tomada de poder pelos militares, o governo federal passou a ter influência direta nas universidades federais, com o objetivo de cercear quaisquer aspectos considerados subversivos para o regime.

Em 1968 houve uma mudança de paradigma pela reforma universitária aprovada pelo Congresso Nacional (Lei nº5540/68), a qual criou departamentos, instituiu a rotatividade das chefias, dentre outras inovações (VASCONCELOS, 2010). Interessante ainda observar que essa reforma trouxe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além do regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos docentes, de modo que valorizou a titulação dos profissionais da área da educação e ainda as atividades científicas no país, sendo responsável pelo avanço da pós-graduação e atividades de pesquisa (OLIVEN, 2002).

Segundo Oliven (2002), um pouco mais tarde, no início dos anos 1980, o Brasil possuía 65 universidades no total, 7 delas com mais de 20.000 alunos. Assim, no início daquela década, houve esse crescimento das instituições de ensino superior, fato importante para o desenvolvimento da educação no país. Todavia, apenas após a Constituição de 1988, no governo do presidente José Sarney, a educação passou a trazer um cunho mais igualitário, devido ao processo de redemocratização, com acesso e permanência no ensino. Os artigos que melhor ilustram esse amparo constitucional em relação ao ensino são o 205 e o 206, da Constituição da República, pois trata a educação como direito de todos e dever do Estado, além de garantir condições de acesso e permanência na escola; essenciais para formação do discente (BRASIL, 1988).

Após a promulgação da Carta Magna, nos anos de 1990, houve a instalação de um governo o qual modificou a visão sobre a educação no país. Foi um período em que se frisava a necessidade de equilíbrio das contas públicas, sendo que as instituições federais de educação superior não ficaram fora dessa política de austeridade fiscal, por isso, houve redução do quadro de profissionais, ocorrendo êxodo de professores para as instituições particulares, devido aos baixos salários pagos pelo ente público, além de expansão do ensino privado.

Nessa época, todavia, houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9.394/96 (VASCONCELOS, 2010). Essa lei contém dispositivos que permeiam a assistência estudantil – política que será mais bem detalhada na próxima seção. Em seu artigo 1º, concebe que a educação deve formar-se, dentre outros, por meio de movimentos sociais – os quais são formadores da assistência estudantil. Outro dispositivo que toca nesse assunto é o artigo 3º da mesma lei, reiterando os já mencionados acesso e permanência no ensino superior, princípios indispensáveis à condução da política de assistência estudantil. Por isso, a próxima seção trata da história da assistência estudantil no Brasil e os movimentos responsáveis pelo seu surgimento.

1.2 Surgimento da assistência estudantil

Sobre a história da assistência estudantil no Brasil, a década de 1930 trouxe os primeiros passos de seu surgimento, momento posterior à instalação das primeiras universidades do país. As demandas nacionais exigiram uma maior qualificação da classe trabalhadora, e essa emergência foi maior, em um primeiro momento, no que diz respeito à alimentação e moradia (PINTO; BELO; PAIVA, 2012).

Segundo Araújo (2007, p. 23), o primeiro movimento de assistência aos estudantes foi a Casa do Estudante do Brasil, uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes. Nesse ambiente havia, além da residência, espaço para refeições, abrangendo as primeiras demandas sociais.

Em 1931, houve a promulgação do Decreto 19.851/31, o qual regulamentou as políticas de assistência ao estudante de ensino superior, muito antes de constar em uma Constituição, assim como descrito em seu art. 108:

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, a fim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931, p. 36).

Frise-se que a assistência estudantil está muito ligada à assistência social, por terem surgido em meio a lutas contra governos opressores e por terem ideais igualitários de cunho social, sendo que, a assistência estudantil teve grande amparo dos movimentos dos estudantes. A Constituição de 1934, construída no governo Vargas, é um exemplo de como os movimentos sociais podem culminar em mudanças importantes. Essa Constituição foi promulgada por Getúlio Vargas após a Revolução Constitucionalista de 1932 – a qual reivindicou o documento e a possível queda do governo -. Apesar de não terem obtido êxito na queda do governo, essa nova Constituição possibilitou que novos direitos políticos e sociais fossem conquistados (BONAVIDES, 2000).

Assim, a incorporação da assistência estudantil na Constituição Federal ocorreu pela primeira vez em 1934, sendo que essa estabeleceu a educação como um direito de todos. Tal Constituição, em seu art. 157, estabeleceu que a União, os estados e o Distrito Federal formassem fundos de educação, destinando, conforme consta no parágrafo 2º do mesmo artigo, parcela destes fundos para aplicação em “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934). Essa foi a primeira característica de apoio a alunos carentes.

Mais a frente, duas constituições trouxeram modificações interessantes a respeito da assistência estudantil – que são as de 1946 (governo Dutra) e 1967 (governo Costa e Silva). A primeira dava continuidade à política do Estado Novo em relação à assistência estudantil e a

reforçava, tornando-a obrigatória, conforme artigo 172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Já a Carta de 1967 – que, embora tenha sido promulgada sem a participação popular e em um período de repressão aos movimentos sociais, principalmente os de cunho estudantil, traz a concepção, pela primeira vez, de assegurar igualdade de oportunidades, em seu artigo 168: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade...” (BRASIL, 1967).

O período militar no Brasil foi de 1964 até 1985. Por isso, os anos de 1980 foram marcados pela redemocratização do país, devido à necessidade de se modificar o período repressivo anterior. Vários movimentos sociais e estudantis se instalaram como forma de combater esse antigo cenário. Um dos movimentos mais conhecidos foi o das Diretas Já – fundamental para que fossem realizadas eleições diretas para presidente – que, embora derrotado no Congresso, teve a participação maciça de movimentos estudantis (FONAPRACE, 2012).

Diante desse contexto social e econômico, surgiu o Fonaprace, em 1987, além da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), em 1989, frentes políticas defensoras da assistência estudantil na perspectiva de integração das instituições de ensino além de melhora das condições de permanência do estudante das instituições de ensino superior (FONAPRACE, 2012).

O Fonaprace prioriza a identificação de dados confiáveis que fundamentem a elaboração de propostas de políticas de assistência para os discentes da educação superior.

Os encontros desse fórum acontecem regional e nacionalmente todos os anos com a proposta de aprimorar a assistência estudantil nas IFES. Eles se organizam por meio de grupos de trabalho específicos para discutir as diferentes áreas de atuação do profissional que trabalha na assistência estudantil, além de discutir políticas a serem desenvolvidas nos diversos *campi*.

Já a Andifes, representante oficial das IFES, outra porta voz de suma importância para os interesses estudantis, foi criada com a finalidade de formar uma ponte entre as IFES e o governo federal, além de criar interlocuções entre associações de professores, técnicos administrativos, estudantes e sociedade em geral (FONAPRACE, 2012).

Destaca-se que os membros do Fonaprace, em 1996, iniciaram uma pesquisa com o objetivo de determinar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do ensino superior, e, a partir desse estudo, foi possível compreender quais as necessidades dos discentes para permanecer nos cursos e concluí-los, por meio da assistência estudantil. Essa pesquisa contou

com a participação de 44 instituições, equivalente a 84,62% das IFES. Dentre os dados relevantes, demonstrou-se que 44,29% dos discentes eram demanda potencial da assistência estudantil, haja vista fazerem parte das classes C, D e E da população brasileira, ou seja, uma quantidade bem expressiva dos estudantes à época (FONAPRACE, 2012).

Outra modificação relevante quanto à educação foi a LDB (Lei 9.394/1996), que, apesar das divergências do período neoliberal e dos projetos da educação, mencionou a democratização do acesso no ensino superior por meio do artigo 3º: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, premissas da assistência estudantil (BRASIL, 1996).

Após esses movimentos, em 2001, a assistência estudantil foi incluída no PNE, diante de um relatório produzido no Fonaprace sobre o perfil socioeconômico dos discentes das instituições de ensino. Realizada a inclusão no PNE, a assistência estudantil começou a se tornar mais ampla, materializando-se no Plano Nacional de Assistência Estudantil – o qual traçou diretrizes para a definição de programas e projetos e demonstrou a necessidade de recursos financeiros específicos para a assistência estudantil. A versão final do plano nacional foi encaminhada à Andifes em 2001, sendo o documento base para todas as ações relativas ao assunto (FONAPRACE, 2012).

Outro passo relevante acerca da democratização do ensino foi em 2004 quando houve a aprovação do projeto de lei 3.627, o qual instituiu um “sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de ensino superior”. Em seu artigo 2º traz que as vagas serão preenchidas por proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas proporcionalmente à população da unidade da federação em que for instalada a instituição (BRASIL, 2004). Essa proposição acerca do ingresso proporcional às unidades da federação foi corroborada na Lei de Cotas (12711/2012), em seu artigo 3º – que será mais bem especificada na subseção 1.3.1 deste trabalho.

Já em 2007, houve uma atualização do PNE juntamente com o Fonaprace, com a finalidade de implantar o Pnaes (FONAPRACE, 2012). Para atender às novas demandas de vagas nas universidades públicas, uma das diretrizes necessárias foi implantar políticas de inclusão e assistência estudantil. Por isso, em 2007, foi publicada a portaria 39 do Ministério da Educação, a qual instituiu o Pnaes – mais detalhado na seção 1.4.

Ainda no ano de 2007, houve outro acontecimento importante, a instituição do Reuni, decreto 6.096/2007, que teve o objetivo de interiorizar e elevar o número de vagas na rede federal de ensino. Sobre o Reuni é importante frisar que o número de municípios atendidos pelas IFES passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, sendo que desde o início da

expansão (2003) foram criadas 14 novas universidades federais, com mais de 100 novos *campi* para cursos de graduação (PINTO *et al.* 2015).

Diante desse cenário, de novos *campi*, além do crescimento do acesso ao ensino superior, a assistência estudantil tornou-se uma política pública indispensável na permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino para formação de profissionais qualificados.

Assim, para que a qualidade do ensino se mantenha com a expansão dos *campi*, necessário se faz dar continuidade às ações afirmativas implantadas com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, o que será explicitado na seção seguinte.

1.3 Ações afirmativas e lei de cotas

O movimento em prol das ações afirmativas tem grande importância nacional no momento em que se observa um dos fatores de desigualdade socioeconômica: o nível salarial. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, o número de famílias com renda per capita de até um quarto de salário mínimo subiu entre 2014 e 2015 de 8% para 9,2%, um número bastante expressivo para um valor salarial tão ínfimo. Ainda segundo o mesmo instituto, a quantidade de famílias que recebem acima de um quarto até meio salário mínimo também cresceu, assim como a de meio salário até um salário mínimo. Somadas as três estratificações, 57,3% das famílias brasileiras tinham, em 2015, renda *per capita* de até um salário mínimo.

Por isso, é de grande relevância que o Estado desempenhe esse papel de redução das desigualdades, pois protegendo os de maior vulnerabilidade tanto social quanto econômica, pode impulsionar o desenvolvimento do país como um todo e ainda influenciar a sociedade a conviver com as diferenças presentes no Brasil.

Um dos tipos de ações afirmativas que surgiu com maior relevo no Brasil foi a política de cotas nas instituições públicas de ensino. Surge, portanto, na tentativa de promover a igualdade material entre os grupos étnico-raciais do país, além de grupos em vulnerabilidade socioeconômica em um ambiente de grande relevância social.

No Brasil, a primeira universidade que instituiu o sistema de cotas foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (MAIO, 2005), a qual definiu, por meio de lei estadual, 50% das vagas para alunos egressos de escolas públicas. A referida lei (3.524/2000), estabeleceu, em seu artigo 2º, que os alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em

instituições da rede pública de ensino dos municípios ou do estado do Rio de Janeiro e aprovados em seleção realizada pela instituição fariam jus às vagas destinadas aos egressos de escolas públicas (RIO DE JANEIRO, 2000).

A segunda instituição foi a Universidade de Brasília (UnB) em 2004 – com a implementação de cotas raciais. Além destas, a UnB assinou um convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para que, a cada semestre, dez indígenas aprovados em uma seleção ingressassem na universidade (UnB, 2017).

A política de cotas raciais no Brasil tem por objetivo a reparação dos erros cometidos na história do país, a fim de inseri-los no meio social. Diante dessa perspectiva em que 45% da população é negra e que 63% dos brasileiros com renda mensal inferior a um salário mínimo são negros, importante se faz a construção de políticas para correção desse cenário (BITTAR; ALMEIDA, 2006).

Outro dado relevante é que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, todavia, somente 2,8% dos alunos negros conseguem finalizar o ensino superior (ALMEIDA, 2003). Diante desses dados, Munanga (2003) conclui:

[...] se por milagre o ensino básico e fundamental melhorar seus níveis para que os alunos desses níveis de ensino possam competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos (MUNANGA, 2003, p. 119).

Mesmo com o avanço da inclusão de cotas nas universidades públicas, somente em 2012, com a sanção da lei 12711/2012, houve uma sistematização do processo com a determinação de que 50% das vagas devem ser destinadas para discentes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012). Dentro desse número, metade das vagas ainda deve ser destinada a estudantes que tenham renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salários-mínimos bruto por pessoa da família. Outro extrato que deve ser feito pelas IFES, segundo a mesma lei, é a destinação de parte desse percentual (50%) a uma proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência relativa à dimensão populacional na unidade da federação onde está localizada a instituição (BRASIL, 2012).

A lei de cotas foi sancionada em agosto de 2012 e não foi imediatamente instituída na sua totalidade. As IFES a implantaram gradualmente, começando com o percentual de 12,5% das vagas destinadas para cotas em 2013; e assim progressivamente durante os posteriores quatro anos, até completar 50% das vagas do ensino superior federal. Para acompanhamento do discente que ingressasse por essa política, a assistência estudantil teve orçamento

reforçado a fim de mantê-lo durante o curso (BRASIL, 2012).

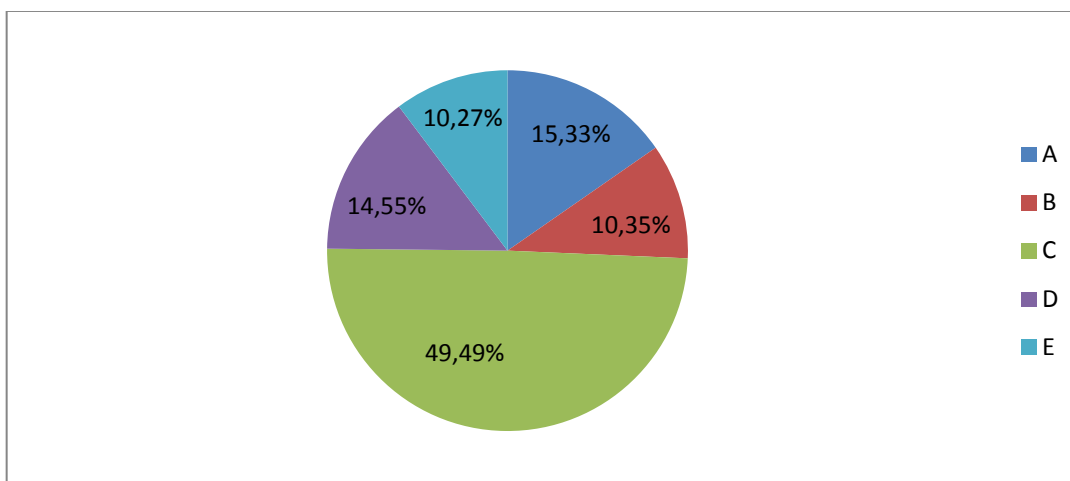
Na UFJF a divisão das vagas é feita seguindo o parâmetro da lei em comento, por isso, o ingresso foi dividido da seguinte forma: cinco grupos de acesso (A, B, C, D, E), sendo que no grupo C, estão aqueles que não concorrem a vagas separadas – ampla concorrência (UFJF, 2017). Os grupos A, B, D e E, são para aqueles que fizeram todo o ensino médio em escola pública. Quanto aos grupos A e B, são para os alunos que têm renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário por pessoa da família. Quanto aos grupos D e E, para os que ultrapassem esse valor de renda *per capita* familiar. Já para entrarem pelos grupos A e D existe ainda outra exigência, se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas. Observa-se a seguir nas tabelas 1 e 2 com a quantidade de vagas por cada grupo de acesso e a respectiva porcentagem correspondente do total nos gráficos 1 e 2 a seguir (UFJF, 2017a).

Tabela 1 - Quantidade de vagas por grupo de acesso – segundo semestre de 2016

Grupos de acesso	Quantidade de vagas
A	197
B	133
C	636
D	187
E	132
Total	1.285

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no site da UFJF em 2017.

Gráfico 1 - Porcentagem de vagas por grupo de acesso – segundo semestre de 2016



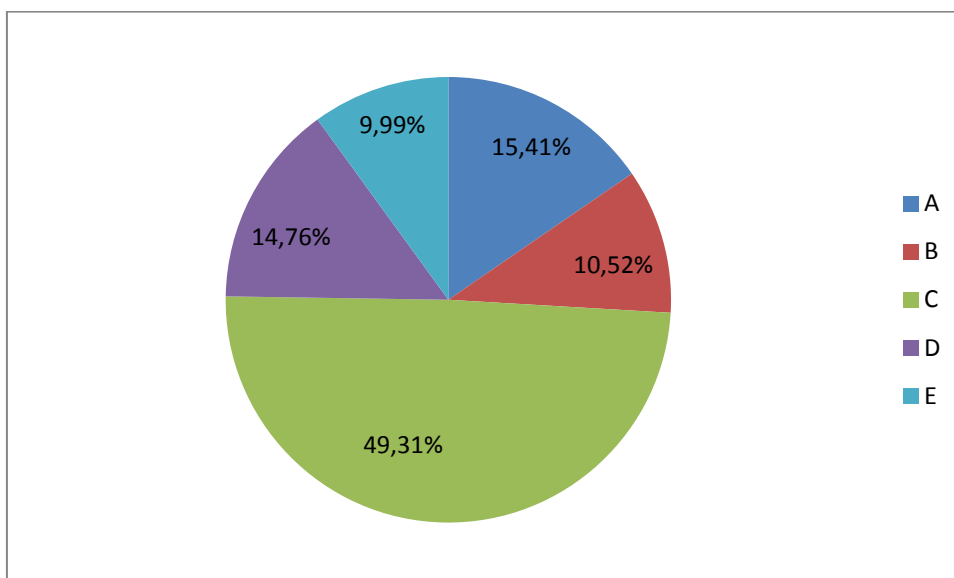
Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no site da UFJF em 2017.

Tabela 2 - Quantidade de vagas por grupo de acesso – primeiro semestre de 2017 – Campus Juiz de Fora

Grupos de acesso	Quantidade de vagas
A	236
B	161
C	755
D	226
E	153
Total	1531

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no site da UFJF em 2017

Gráfico 2 - Porcentagem de vagas por grupo de acesso – primeiro semestre de 2017



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no site da UFJF em 2017.

Diante das tabelas acima, pode-se concluir que as exigências da lei de cotas está sendo cumprida em sua totalidade, de modo que 50% das vagas sejam destinadas à ampla concorrência e o restante subdividido entre os grupos de acesso. No segundo semestre de 2016, nota-se que a porcentagem do grupo C ficou com, aproximadamente, 49,49% das vagas e, no primeiro semestre de 2017 com, aproximadamente, 49,3% das vagas. Isso ocorreu devido ao número ímpar de vagas oferecidas em alguns cursos pela instituição, que, ao serem distribuídas pelo Ministério da Educação (MEC) – órgão responsável pela distribuição de vagas no Sisu –, provocou a diferença estatística.

A UFJF utiliza o sistema de cotas desde 2006, entretanto, assim como as demais instituições de ensino superior, passou a adotar a metodologia citada a partir de 2013, após a lei 12711/2012 – Lei de Cotas (UFJF, 2017b).

O discente carente que ingressa nas instituições públicas geralmente necessita de um amparo institucional para permanecer e finalizar a graduação. Por isso, é interessante destacar o decreto 7234/2010, o qual dispõe sobre o Pnaes, programa executado no âmbito do MEC com o objetivo de permitir condições aos discentes de se manterem em uma instituição pública, haja vista as várias políticas que ampliaram o acesso do estudante, tais como o Reuni e as cotas sociais e raciais. Esse programa – mais bem comentado na próxima seção – torna-se um instrumento importante para manutenção desse discente nas instituições de ensino superior – notadamente a UFJF.

1.4 Pnaes

A revista comemorativa do Fonaprace de 25 anos traz uma definição fundamental sobre o Pnaes, no momento em que identifica essa política como um conjunto de regras e diretrizes que proporcionam um norte garantidor de acesso, permanência e conclusão na graduação. Segundo a revista, essa perspectiva é ampliada quando se constata o quão importante é a assistência estudantil para a inclusão social, para produção de conhecimento e modificação da qualidade de vida do discente que consegue ingressar, permanecer e concluir o ensino superior (FONAPRACE, 2012).

Além das necessidades básicas que são atendidas pelo programa, como alimentação, transporte e moradia, para se obter uma formação ampliada – um dos objetivos do PNAES – outras ações são também importantes, como programas ligados à saúde física e mental, esportes, inclusão digital, acessibilidade e apoio pedagógico, de modo a estender o alcance do programa (FONAPRACE, 2012).

O Pnaes ganhou maior relevo com a sanção do decreto 7.234/2010, já que se tornou um destaque na agenda federal, transformando-se em política pública. Esse movimento, entretanto, foi resultado de fortes lutas sociais encabeçadas por alguns segmentos, sendo os principais a União Nacional dos Estudantes (UNE) – movimento estudantil e o Fonaprace (FONAPRACE, 2012).

Quanto à regulamentação do Pnaes, foi instituída, anteriormente ao decreto supracitado, a portaria do MEC 39/2007, mas que não definiu tão claramente qual seria o público-alvo da política. O decreto 7.234/2010 estabeleceu em seu artigo 5º como sendo,

prioritariamente, os estudantes com renda familiar per capita de até um 1,5 salários-mínimos, sendo que cada instituição federal tem autonomia para estabelecer outros critérios de acesso à política (BRASIL, 2010). Tal decreto foi determinante também para consolidação desse programa em nível institucional e para o reconhecimento enquanto política pública de direito. Inclusive constitui-se como o principal documento para nortear as políticas públicas relacionadas à assistência estudantil nas Ifes no país (DUTRA; SOUZA, 2017).

O PNE destaca, para o decênio de 2014-2024, a importância da assistência ao estudante de ensino superior como umas de suas metas. Inclusive, tem o objetivo de ampliar o apoio aos estudantes por meio dessa política, com a finalidade de reduzir as desigualdades e maximizar as taxas de permanência na educação superior (DUTRA; SOUZA, 2017), assim como descrito no decreto 7234/2010 em seu artigo 2º.

Uma das questões importantes que abrange o PNAES é a necessidade de acompanhar o desempenho acadêmico do discente que muitas vezes é proveniente de um ambiente escolar deficitário, por isso também estabelece que as instituições devem promover um ambiente favorável à igualdade de oportunidades; e, para isso, devem contribuir para a melhora do desempenho acadêmico, além de possuir ações preventivas relacionadas à retenção e evasão escolares (BRASIL, 2010).

Na UFJF, a assistência estudantil promove diversos tipos de atividades e programas no sentido de amparar o discente carente tanto financeiramente – com os recursos advindos do MEC, quanto em relação ao acolhimento de problemas pedagógicos ou psicológicos, devido ao corpo profissional que a instituição possui. A próxima seção vai tratar do papel da assistência estudantil na UFJF, expondo os programas e projetos desenvolvidos pela Pró-reitoria e o seu funcionamento. Além disso, traz dados relativos às notas de ingresso por grupo de acesso (A, B, C, D e E) e suas comparações. Como forma de embasar as evidências do trabalho, relata informações obtidas por meio de questionário aplicado pela Proae aos alunos que possuem baixo rendimento acadêmico, ou seja, trata-se de uma seção que revela muitos elementos do estudo de caso.

1.5 A assistência estudantil naUFJF

Na UFJF, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) é o órgão responsável por implantar e gerir os recursos advindos do Pnaes. A Pró-Reitoria fica localizada em uma sala dentro do prédio da reitoria, além de possuir uma sala no gabinete (onde se instala o Pró-

Reitor) e uma sala de atendimento – a qual é compartilhada pelos psicólogos e assistentes sociais da Proae.

Para realizar todas as demandas que compõe os programas, a Proae é composta por 19 profissionais do corpo técnico-administrativo, além do pró-reitor. Dentro do seu quadro funcional, no momento, a equipe da Proae na UFJF conta com seis profissionais da psicologia, dois da pedagogia, além de um profissional técnico em assuntos educacionais. Quanto ao corpo de assistentes sociais, a Proae conta com oito profissionais – responsáveis pela análise socioeconômica dos discentes e atendimento individual. Já na área administrativa, são cinco profissionais: quatro assistentes administrativos e um administrador – responsáveis pelo pagamento dos bolsistas, triagem no atendimento e organização interna. Essa equipe, de forma isolada ou conjuntamente, realiza projetos na sua respectiva área ou de maneira interdisciplinar.

Em relação às bolsas e auxílios que a Proae disponibiliza, são duas modalidades de bolsas (permanência e Pnaes) e quatro formas de auxílios (moradia, transporte, alimentação e creche). Os auxílios podem inclusive ser acumulados com as bolsas, conforme análise socioeconômica das assistentes sociais e disponibilidade de orçamento (UFJF, 2017). Para ter acesso a esses recursos, o aluno precisa preencher um formulário socioeconômico disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga3). Preenchido o formulário, é necessário acessar a página da Pró-Reitoria e reunir os documentos necessários à comprovação da condição socioeconômica – os quais serão avaliados pela equipe de assistentes sociais. Após a entrega da documentação e consequente avaliação, o aluno recebe a resposta pelo Siga3, com a comunicação de comparecimento na sala da Proae para assinatura do termo de compromisso – que consta a modalidade de bolsa e/ou auxílio recebida.

O Pnaes na UFJF foi instituído seguindo as orientações do decreto 7234/2010, para implantar, formular e gerir as políticas previstas nessa norma dirigente. Por isso, além de apoio financeiro, concedido por meio de várias modalidades de bolsas e auxílios, ainda é responsável pelo desenvolvimento acadêmico dos discentes da universidade.

Além do auxílio financeiro, a Proae também disponibiliza serviços de apoio psicológico e pedagógico aos estudantes, assim como preconiza o programa nacional. Esse acompanhamento é feito por profissionais especializados, pois a assistência estudantil deve contar com pedagogos e psicólogos com o fim de realizarem um trabalho direcionado ao atendimento de estudantes com baixo rendimento acadêmico, haja vista no decreto 7234/2010 em seu artigo 3º constar atenção à saúde e apoio pedagógico (UFJF, 2017b).

O discente, para participar de programas e projetos pedagógicos e psicológicos, não precisa ser bolsista da assistência estudantil, portanto, não há necessidade da comprovação de renda familiar. As atividades da Proae são divulgadas no site institucional, por *folders* e também por mídias sociais, sendo que o aluno pode se inscrever por meio de formulários disponíveis na página da Proae ou presencialmente.

Muitos projetos foram discutidos e implantados em 2017, dentre eles o grupo “De boas” – grupo de apoio psicológico que iniciou-se no ano corrente para discentes com ansiedade; “Programa Fora de Casa” – para estudantes que não são de Juiz de Fora, com objetivo de adaptar-se em novo ambiente; e “Tempero Cultural” – manifestações artísticas quinzenais no restaurante universitário voltadas aos alunos.

Em entrevista com a psicóloga responsável por algumas ações existentes na Proae, houve relato de que os programas e projetos ganharam maior corpo no ano de 2017, por isso as divulgações foram feitas de forma mais sistematizada. Um exemplo é o grupo “De boas” que teve sua primeira edição no ano de 2017. A Diretoria de Comunicação da UFJF divulgou com bastante antecedência o grupo por meio do site institucional e mídias sociais, sendo que a adesão nas pré-inscrições chegou a 124 estudantes (número expressivo quando comparado a outros grupos feitos em épocas anteriores). Ainda segundo a entrevistada, foram 33 alunos atendidos com média de 10 alunos em cada grupo. Esse projeto tem por objetivo apresentar técnicas para prevenir transtornos, reduzir sintomas de ansiedade e possibilitar que o discente tenha uma vida mais leve e produtiva.

Segundo divulgação do próprio programa, o grupo funcionará da seguinte forma: primeiramente, ocorre uma entrevista individual com os inscritos com o fim de assegurar que esta será a melhor forma de intervenção psicológica; depois se iniciam os grupos, com vagas limitadas; e são realizados seis encontros, uma vez por semana com duração de duas horas cada. Quanto às vantagens que esse grupo pode proporcionar, seriam as informações sobre como lidar com a ansiedade; trocas de informação com outros participantes e a prática do que aprendeu no grupo. Em 2018, houve uma nova edição com início em abril, nos moldes do grupo anterior.

Quanto ao “Programa Fora de Casa”, a psicóloga relata que foi reformulado em 2017, sendo que antes era uma ação apenas dos psicólogos e, naquele ano, tornou-se um programa multidisciplinar, dividido em alguns projetos: “Seminário de Integração” – primeiro momento de aproximação com o aluno advindo de outra cidade; “Grupo Fora de Casa” – para acolhimento de alunos de outras cidades; “Roda Viva” – o qual traz uma ideia de o aluno antigo acolher o novo; além das oficinas pedagógicas – nas quais os discentes de outras

cidades e também de Juiz de Fora podem participar. Apenas o projeto “Roda Viva” não foi implantado no ano de 2017.

O primeiro momento de ingresso do estudante na universidade merece uma atenção especial da Pró-reitoria, por isso, o “Seminário de Integração” tem o objetivo de promover a interação do aluno com a comunidade acadêmica. Esse projeto consiste em uma palestra das áreas de psicologia, pedagogia, serviço social e economia. Além disso, em parceria com o turismo, é realizado um passeio pelo *campus* com um ônibus da universidade. Esse projeto normalmente é realizado em parceria com as coordenações de curso que cedem um espaço para a Proae expor o seu funcionamento falar sobre alguns serviços disponíveis na Pró-reitoria.

O “Grupo Fora de Casa” tem por objetivo oferecer espaço de escuta aos estudantes provenientes de outras cidades oferecendo atividades lúdicas e reflexivas para o enfrentamento das dificuldades relacionadas a esse momento de mudança. Por isso, são realizados encontros semanais, com duas horas de duração.

Outro projeto pertencente ao “Programa Fora de Casa” é o “Roda Viva” que também possui como objetivo o acolhimento do estudante calouro, para melhor adaptação do mesmo. Além disso, estimula as relações interpessoais dos estudantes, tem ainda por objetivo a sua retroalimentação, para que o estudante que foi calouro acolher o próximo e assim por diante. Esse projeto não foi implantado em 2017, por isso, ainda não possui um cronograma bem definido para 2018.

São muitos programas e projetos que podem avançar na Pró-Reitoria, sendo que, os que existem, podem auxiliar na evolução do discente que tenha dificuldade de adaptação e de estudo. Por isso, um acompanhamento acadêmico tem sido feito semestralmente por uma equipe da Proae. Destaque-se a importância dos alunos cotistas para a Proae, devido à vulnerabilidade social e econômica por que passam.

A seguir, são apresentados vários dados com uma comparação das notas dos alunos da ampla concorrência e por cotas que ingressaram pelo Sisu, no primeiro semestre de 2017.

Ao se observar os discentes que ingressam pelo sistema de cotas no Sisu, percebe-se uma diferença de notas entre os grupos de cotas em relação aos estudantes oriundos da ampla concorrência, por questões de renda familiar, histórico social, instituição de ensino de que é egresso, além de outros fatores. Na Tabela 3 a seguir, estão os pontos de corte do Sisu 2017 dos cursos da UFJF no *campus* Juiz de Fora, lembrando que o grupo A é composto por aqueles que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham renda per capita de até 1,5 salários-mínimos por pessoa da família; o grupo B são aqueles que não se declaram

pretos, pardos e indígenas mas que possuem renda de até 1,5 salários mínimos por pessoa da família; o grupo C são os de ampla concorrência; o grupo D são aqueles que, independente da renda familiar, estudaram todo o ensino médio em escola pública e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; e o grupo E são aqueles que, independente da renda familiar, estudaram todo o ensino médio em escola pública e que não se declaram pretos, pardos e indígenas.

Tabela 3 - Nota de corte Sisu 2017 – campus Juiz de Fora (continua)

Cursos	Grupos de acesso				
	A	B	C	D	E
Administração (Diurno)	636,48	651,86	705,76	650,86	683,4
Administração (Noturno)	643,52	655,34	697,92	670,04	687,92
Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design	626,42	642,44	693,26	641,66	658,68
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas	611,52	629,18	670,68	621,88	650,52
Ciência da Computação	657	699,6	722,3	686,9	708,82
Ciências Biológicas	648,24	674,44	715,84	663,82	707,78
Ciências Contábeis (diurno)	625,86	645,82	678,2	634,7	660,94
Ciências Contábeis (noturno)	640,9	647,36	683,34	636,9	673,36
Ciências Econômicas (diurno)	631,18	675,56	718,84	649,02	692,78
Ciências Econômicas (noturno)	645,94	644,18	707,22	658,84	698,02
Ciências Exatas(diurno)	619,36	649,24	684,48	632,1	661,62
Direito(diurno)	687,56	705,82	766,66	703,06	732
Direito(noturno)	680,5	703,56	753,1	702,12	736,24
Educação Física	642,3	646,46	688,4	639,48	664,76
Enfermagem	654,74	675,42	702,72	676,7	693,44
Engenharia Ambiental e Sanitária	653,6	657,08	709,5	660,3	682,6

Tabela 3 - Nota de corte Sisu 2017 – *campus* Juiz de Fora (continua)

Cursos	Grupos de acesso				
	A	B	C	D	E
Engenharia Civil	694,1	703,52	746,12	705,24	730,52
Engenharia Computacional	650,24	721,26	721,52	678,38	728,14
Engenharia de Produção	668,26	678,8	737,48	686,48	752,68
Engenharia Elétrica – energia	657,66	674,38	718,32	674,24	694,36
Engenharia Elétrica – robótica	678,48	710,16	742,16	694,54	740,24
Engenharia Elétrica – sistemas de potência	669,64	710,68	730,18	701	722,16
Engenharia Elétrica – sistemas eletrônicos	654,12	654,12	728,9	683,72	733,74
Engenharia Elétrica – telecomunicações	653,74	630,12	716,24	664,9	709,04
Engenharia Mecânica	676,04	708,96	743,32	692,02	728,88
Estatística	625,28	638,48	686,02	666,58	661,84
Farmácia	639,96	677,22	719,1	667,54	718,12
Filosofia	609,7	630,52	680,84	621,38	658,04
Física	617,82	632,56	710,46	620,88	699,3
Fisioterapia	670,98	674,7	723,46	685,56	701,4
Geografia (diurno)	609,32	630,52	665,72	609,72	644,08
Geografia (noturno)	624,86	637,62	663,28	608,5	651,18
História	626,54	650,16	704,14	643,74	663,4
Jornalismo	650,32	692	721,4	646,86	702,8
Letras	638,66	665,26	701,8	643,6	687,58
Matemática	617,32	645,96	686,04	621,24	687,84
Medicina	747,46	759,98	804,16	766,76	784,72
Medicina Veterinária	674,2	685,14	724,92	686,88	700,66
Nutrição	646,32	665,76	710,84	659,58	694,12

Tabela 3 - Nota de corte Sisu 2017 – campus Juiz de Fora (conclusão)

Cursos	Grupos de acesso				
	A	B	C	D	E
Odontologia	697,94	716,26	743,2	707,16	736,36
Pedagogia	618,74	624,42	659,64	633,72	654,86
Psicologia	671,1	687,08	737,46	682,92	695,42
Química	623,78	645,42	682,9	624,1	671,38
Serviço Social	629,14	647,66	675,22	626,86	661,44
MÉDIA	663,59	678,97	717,29	673,5	699,87

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no site da UFJF em 2017.

Diante dessa tabela, nota-se a maior pontuação do grupo C, ampla concorrência, em relação aos demais – notadamente o grupo A (aqueles que ingressam por renda per capita inferior a 1,5 salários-mínimos familiares e se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas) – o que corrobora a possível vulnerabilidade dos grupos provenientes das cotas, necessitando de uma atenção especial no acompanhamento acadêmico.

Ao analisar a planilha com as notas, percebe-se que quando comparado ao grupo C (média 717,29), o grupo A (média 663,59) tem uma diferença de 53,7 pontos, ou seja, 7,5% - grupo com maior diferença de notas de ingresso, já o grupo B (média 678,97) possui diferença de 38,32 pontos, ou seja, 5,3%. Já o grupo D (média 673,5) apresenta uma diferença de 43,79 pontos, ou seja, 6,1% e, no grupo E, a diferença é de 17,42 pontos, ou seja, 2,4% - grupo com menor diferença quando comparado à ampla concorrência.

Em 2017 um grupo de pedagogos e psicólogos da Proae realizou um levantamento para acompanhamento acadêmico dos discentes. O trabalho foi composto de um questionário, enviado por e-mail, aos estudantes que apresentaram rendimento acadêmico insuficiente. No estudo, constatou-se que, no segundo semestre de 2016, 387 estudantes (bolsistas da Proae) obtiveram essa insuficiência acadêmica (número que representa 11,1% dos estudantes bolsistas da assistência estudantil na UFJF). Vale ressaltar que a Resolução 33/2014⁴ determinava, em seu artigo 9º, aprovação em, no mínimo, 60% das disciplinas cursadas no

⁴ Esta era a resolução que estava em vigor na época. Em 2017, foi aprovada a Resolução 12/2017 que determina a não reprovação em 40% ou mais das disciplinas cursadas no semestre anterior por três semestres consecutivos.

semestre anterior. A seguir, são apresentados os resultados desse estudo com as respectivas tabelas. A Tabela 4 demonstra a distribuição dos discentes com rendimento insuficiente por curso:

Tabela 4 - Discentes bolsistas da assistência estudantil com insuficiência de rendimento acadêmico - por curso (continua)

Curso	Rendimento insuficiente	Respostas ao questionário	Apoiados	Percentual insuficiente⁵
ADMINISTRAÇÃO	15	8	105	14,29
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ARTES E DESIGN	25	12	163	15,34
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS	7	3	147	4,76
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	3	3	41	7,32
CIÊNCIA DA RELIGIÃO	3	3	18	16,67
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	7	4	65	10,77
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	13	13	117	11,11
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	10	6	139	7,19
CIÊNCIAS EXATAS	59	35	201	29,35
DIREITO	9	7	209	4,31
EDUCAÇÃO FÍSICA	14	10	120	11,67
ENFERMAGEM	3	2	36	8,33
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	12	11	58	20,69
ENGENHARIA CIVIL	14	10	115	12,17
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	12	9	47	25,53
ENGENHARIA ELÉTRICA	43	43	216	19,91
ENGENHARIA MECÂNICA	12	8	63	19,05
FARMÁCIA	20	15	192	10,42

Tabela 4 - Discentes bolsistas da assistência estudantil com insuficiência de rendimento acadêmico - por curso (conclusão)

Curso	Rendimento insuficiente	Respostas ao questionário	Apoiados	Percentual insuficiente
FILOSOFIA	3	1	20	15,00
FÍSICA	5	3	24	20,83
FISIOTERAPIA	5	5	128	3,91
GEOGRAFIA	18	11	98	18,37
HISTÓRIA	12	6	83	14,46
JORNALISMO	7	4	95	7,37
LETRAS	9	5	87	10,34
MATEMÁTICA	5	4	22	22,73
MEDICINA VETERINÁRIA	6	4	46	13,04
NUTRIÇÃO	6	4	194	3,09
ODONTOLOGIA	6	4	170	3,53
PEDAGOGIA	13	11	75	17,33
PSICOLOGIA	1	1	72	1,39
QUÍMICA	2	2	49	4,08
SERVIÇO SOCIAL	5	0	106	4,72
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2	2	10	20,00
TURISMO	1	1	4	25,00
Total	387	270	3335	11,10

⁵ Porcentagem de alunos com rendimento insuficiente (IRA abaixo de 60) em relação ao total de alunos do curso.

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na Proae em 2016.

Dentre as áreas de menor rendimento, destaca-se a grande área de Ciências Exatas, com 166 estudantes apoiados – aproximadamente 43% dos estudantes com rendimento insuficiente. Os discentes das Ciências Exatas representam 24% dos estudantes bolsistas da assistência estudantil.

Outra segmentação feita no estudo foi quanto aos grupos de acesso para ingressar na

UFJF. A Tabela 5 foi dividida pelas formas de seleção por meio das quais os alunos ingressaram.

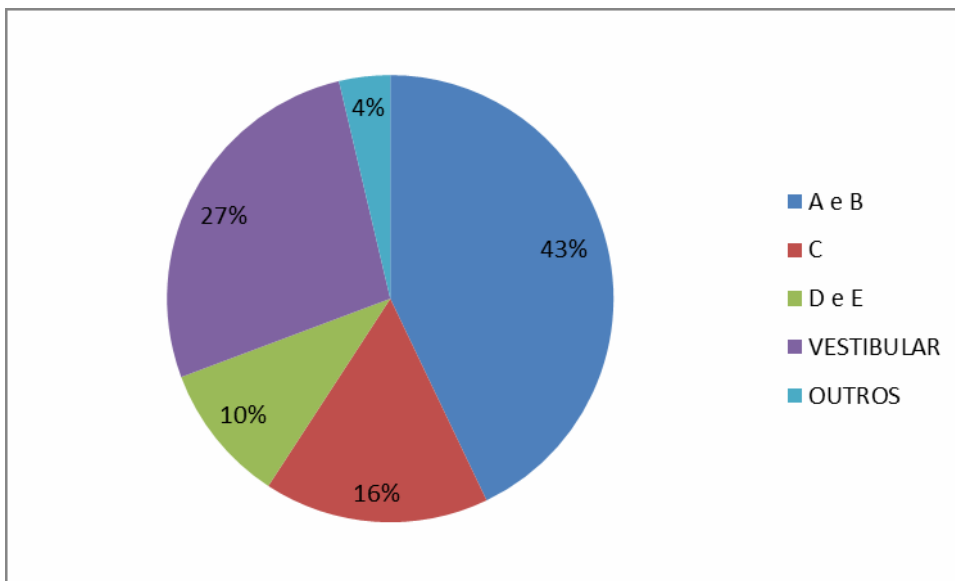
Tabela 5 - Formas de ingresso dos discentes com baixo rendimento no segundo semestre de 2016

Forma de ingresso	Grupos de acesso	Frequência	Porcentagem
Sisu	A	49	18,1
Sisu	B	24	8,9
Sisu	C	31	11,5
Sisu	D	11	4,1
Sisu	E	7	2,6
Pism	A	17	6,3
Pism	B	26	9,6
Pism	C	13	4,8
Pism	D	5	1,9
Pism	E	4	1,5
Vestibular	Vestibular	73	27
Outro	Outro	10	3,7
Total		270	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na Proae em 2016

Percebe-se, pela Tabela 5, que dentre os grupos de acesso, os grupos A e B – os quais comprovaram renda per capita menor que 1,5 salários-mínimos brutos por pessoa da família – aparecem com maior incidência como os de menor rendimento acadêmico. Dentre o total de estudantes 42,9% ingressaram por um dos dois modos de acesso. Observe-se o Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Porcentagem de discentes com baixo rendimento por grupos de acesso – segundo semestre de 2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na Proae em 2016.

Quanto ao questionário aplicado com a intenção de desvendar quais os fatores responsáveis pelo rendimento insuficiente, o índice de resposta foi de 70% do total (270 alunos). Foram apresentadas questões objetivas e subjetivas (relacionada a grupo familiar e etc), tais como: turno do curso; se o aluno se identifica com o curso escolhido; tempo que recebe a bolsa de assistência estudantil; fatores que interferem significativamente no rendimento acadêmico; se o aluno procura a Pró-Reitoria para relatar os motivos de baixo rendimento; se frequenta as monitorias disponíveis; quantas horas de estudos semanais; e se possui algum trabalho além da UFJF.

Os resultados foram os seguintes: quanto ao turno, a maioria frequenta curso integral (52,2% dos respondentes); quanto à identificação com o curso, 90% respondeu que se identifica com o que escolheu; quanto ao tempo de bolsista na assistência, 50% tem de um a três anos conforme demonstram os dados da Tabela 6:

Tabela 6 - Tempo de recebimento de bolsa/auxílio na assistência estudantil

Há quanto tempo você recebe bolsa/auxílio da Assistência Estudantil?		
Tempo	Frequência	Porcentagem
menos de 1 ano	59	21,9
1 ano a 3 anos	135	50,0
3 anos a 5 anos	69	25,6
acima de 5anos	7	2,6
Total	270	100,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na Proae em 2016.

Tabela 7 - Fatores que influenciam no rendimento acadêmico (continua)

Fatores		Contagem	N % da tabela
Problemas de adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, entre outras)	Não	166	61,5%
	Sim	104	38,5%
Problemas no relacionamento familiar	Não	144	53,3%
	Sim	126	46,7%
Problemas no relacionamento social / interpessoal	Não	162	60,0%
	Sim	108	40,0%
Problemas nas relações amorosas / conjugais	Não	210	77,8%
	Sim	60	22,2%
Problemas de saúde	Não	158	58,5%
	Sim	112	41,5%
Dificuldades financeiras	Não	79	29,3%
	Sim	191	70,7%

Tabela 7 - Fatores que influenciam no rendimento acadêmico (conclusão)

Fatores		Contagem	N % da tabela
Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros)	Não	213	78,9,5%
	Sim	57	21,1%
Dificuldade de aprendizado (conhecimento prévio insuficiente, dificuldade de memorização, concentração, etc.)	Não	101	37,4%
	Sim	169	62,6%
Falta de disciplina / hábito de estudo	Não	178	65,9%
	Sim	92	34,1%
Ausência de local adequado para estudo	Não	234	86,7%
	Sim	36	13,3%
Carga excessiva de trabalhos / atividades estudantis	Não	151	55,9%
	Sim	119	44,1%
Relação professor – estudante	Não	201	74,4%
	Sim	69	25,6%
Grade curricular do Curso	Não	160	59,3%
	Sim	110	40,7%
Falta de monitoria	Não	240	88,9%
	Sim	30	11,1%
Falta de interesse / desmotivação em relação ao curso	Não	202	74,8%
	Sim	68	25,2%

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na Proae em 2016

Na Tabela 7, o alto índice de problemas familiares e de saúde se destacam, além dos relacionamentos sociais e interpessoais; a carga excessiva de trabalhos/atividades estudantis e grade curricular do curso; com valores superiores a 40%. O questionário também trouxe relatos de depressão e ansiedade, com busca de atendimento psicológico e psiquiátrico; e, ainda, problemas de saúde com familiares. Pode-se perceber também a dificuldade é financeira (70,7%) como um fator que influencia muito no rendimento, apesar da bolsa e/ou auxílio da assistência estudantil, seguido pela dificuldade de aprendizagem (62,6%). Destaque-se também a grade curricular como uma questão e a carga excessiva de atividades estudantis. Dentre os relatos dos estudantes, alguns se destacam: “[...] temos professores com amplo e grande conhecimento, porém com o mínimo de didática, muitas vezes não se preocupam ao menos com o bem-estar do aluno...”.

Outra pergunta importante para saber como os estudantes utilizam a Proae como meio de solução de problemas é se o aluno procurou a Pró-Reitoria para relatar os problemas com rendimento. Somente 17,8% relataram que sim, constata-se assim que há uma dificuldade de comunicação da Pró-Reitoria com o corpo discente, haja vista a disponibilidade de profissionais capacitados ao atendimento de algumas demandas relatadas.

Além da Proae, foi questionado aos alunos se frequentam as monitorias de seus cursos – outro instrumento disponível para elevar o rendimento acadêmico – e a maioria (64,8%) relatou que frequenta, entretanto, o rendimento continua insuficiente.

A próxima questão foi de quantas horas semanais, além da Universidade o aluno se dispõe a estudar, sendo que o resultado de maior relevância foram os de 3 a 5 horas e 5 a 8 horas, resultado que mostra a possível insuficiência de horas de estudo desse aluno, conforme Tabela 8:

Tabela 8 - Horas semanais além das aulas dedicadas ao estudo

Quantas horas semanais, além das aulas, você se dedica aos estudos?		
Horas	Frequência	Porcentagem
Até 3 horas	35	13,0
3 a 5 horas	89	33,0
5 a 8 horas	61	22,6
acima de 8 horas	64	23,7
estudo somente para as provas	21	7,8
Total	270	100,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na Proae em 2016.

A última questão a ser destacada foi se o estudante tem algum trabalho remunerado externo à UFJF, o que também poderia influenciar no desempenho desse aluno, entretanto, 79,6% dos respondentes não possui atividade remunerada fora do ambiente universitário. Frente a esses resultados, observa-se uma possível dificuldade institucional de comunicação da Pró-Reitoria com o corpo discente para que sejam mais bem divulgados os programas e projetos existentes na Proae, além de uma maior integração da Pró-Reitoria com as coordenações de curso, para realizar atividades específicas às demandas estudantis.

Em pesquisa realizada por um aluno do Programa de Pós-Graduação em Economia na UFJF, feita pelo estudante Thalles Gago, foi constatado que, apesar do bom rendimento dos cotistas em geral, quando a análise é feita de forma segmentada pelos cotistas de renda (A e B), a maior parte dos alunos com desempenho acadêmico inferior faz parte desses grupos – índice de rendimento acadêmico (IRA) inferior a 60% (UFJF, 2017a), por isso, é um segmento que merece melhor atenção da assistência estudantil.

Na UFJF, só se consegue perceber que o estudante necessita de um apoio pedagógico e/ou psicológico no momento em que ocorre a convocação dos alunos bolsistas com baixo rendimento. Nesse caso, as bolsas e/ou auxílios podem ser suspensas ou canceladas quando o estudante não conseguir cumprir os requisitos pedagógicos previstos na Resolução 11/2017 do Conselho Superior, especificamente nos incisos I e II do art. 15; quais sejam: estar matriculado em carga horária mínima de 180 horas (12 créditos) e não ser reprovado em mais de 40% das disciplinas por três semestres consecutivos. No mesmo artigo, em seu parágrafo único, revela que aos alunos que – após a concessão da bolsa – não conseguirem cumprir tais

requisitos, serão convocados a participar de um programa de acompanhamento acadêmico na Proae (a ser regulamentado por portaria, ainda não divulgada), a fim de restabelecerem a bolsa ou auxílio que recebiam. Entretanto, já existe esse acompanhamento, todavia ainda no início.

Em entrevista realizada com o psicólogo da Proae, um dos responsáveis pelo acompanhamento acadêmico, houve relato de que esse processo ainda está em fase embrionária, não havendo uma forma sistematizada de acompanhamento, pois teve início no segundo semestre de 2016. Segundo o profissional, o primeiro passo para identificar o aluno bolsista com baixo rendimento é pelo Siga3, verificando quais discentes não obtiveram aprovação em 60% das disciplinas – esse procedimento é realizado todo semestre. Esse aluno é convocado para uma reunião – a qual explicita as atividades disponíveis na Pró- Reitoria que poderiam ajudá-lo a melhorar seu desempenho (como os grupos Deboas, Fora de Casa e oficinas pedagógicas). São realizadas três convocações por e-mail para a reunião, caso o estudante não compareça a nenhuma delas, a bolsa/auxílio é suspensa (sendo restabelecida caso o aluno entre em contato com a Proae). Para ilustrar, no ano de 2017 (segundo semestre), foram suspensas 23 bolsas de alunos que não compareceram às convocações. Além disso, se em três semestres consecutivos o mesmo aluno não conseguir a aprovação em 60% das disciplinas, a bolsa é finalizada naquele semestre, e, só será restabelecida caso o discente consiga a referida aprovação no semestre seguinte.

Dentre as questões que mais chamaram atenção do entrevistado quanto ao questionário aplicado em 2016, foram a grade curricular intensa dos alunos e a carga excessiva de atividades demandadas pelos professores. O profissional percebe que seria necessária uma intermediação com as coordenações de curso para realizar um acompanhamento dessas questões com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico desses alunos.

A pesquisa feita pela Proae trouxe subsídios importantes acerca das questões que afetam o rendimento acadêmico dos bolsistas que obtiveram baixo rendimento no ano de 2016. No caso desta pesquisa, o escopo é analisar um grupo específico de alunos – aqueles que ingressaram pelas cotas A e B. No relatório, uma das evidências sobre esses grupos foi que, dentre os alunos com menor rendimento da Proae, os ingressantes pelas cotas A e B (42,9%) foram o grupo mais expressivo, sendo esse também mais um motivo que justifica o estudo.

Assim, em uma análise inicial do caso é possível apontar quais os elementos críticos nortearão as proposições de pesquisa para que a Proae tenha os subsídios necessários para minimizá-los caso sejam confirmados ao longo da pesquisa, sendo esses:

- a) Dificuldade de sistematização de um programa de acompanhamento de desempenho acadêmico, especificamente com relação aos cotistas A e B na UFJF – *campus* Juiz de Fora;
- b) Insuficiência na articulação da Proae com as coordenações de curso;
- c) Relatos de dificuldades na obtenção de informações por parte do discente.

Nas seções a seguir, esses pontos serão abordados de forma mais detalhada.

1.5.1 Falta de sistematização de um programa de acompanhamento de rendimento acadêmico, especificamente com relação aos cotistas A e B na UFJF – *campus* Juiz de Fora

Conforme mencionado na pesquisa, existe um programa de acompanhamento do rendimento acadêmico do aluno bolsista da Proae que não obteve a aprovação em 60% das disciplinas cursadas naquele semestre, entretanto, como se trata de um procedimento novo, não existe ainda uma sistematização desse acompanhamento de modo que gere um impacto relevante à vida acadêmica do discente. Além disso, não ocorre um monitoramento relacionado às notas gerais desses alunos, mas apenas quanto às reprovações em uma quantidade de disciplinas (60%). A esses alunos são oferecidas oficinas e projetos existentes na Proae – mencionadas anteriormente. Entretanto, não existe ainda algo mais específico para esse público.

Outra questão relevante são os alunos ingressantes pelas cotas de renda (grupos A e B) os quais merecem atenção específica da assistência estudantil, por terem, normalmente, rendimento inferior aos demais. Esse grupo de alunos, muitas vezes mais vulneráveis que os demais, possivelmente demandam atividades direcionadas com a finalidade de reduzir as diferenças no desempenho ao longo do curso para se tornarem profissionais mais bem capacitados ao concluírem a graduação.

1.5.2 Insuficiência na articulação da Proae com as coordenações de curso

Importante ressaltar a necessidade de melhoria no contato da Proae com as coordenações de curso para se aproximar das necessidades de cada área de conhecimento através dos coordenadores e alunos dos cursos visando a melhoria do relacionamento entre

professor e aluno. Além disso, a Proae conseguirá realizar trabalhos mais voltados para cada necessidade relatada pelas diversas áreas de conhecimento e, possivelmente, minimizar questões de relacionamento entre professor e aluno.

E, conforme dito anteriormente, há uma insuficiência de articulação da Pró-Reitoria com as coordenações de curso na UFJF, a qual poderia minimizar as situações como essas. Essa articulação ocorre de forma esparsa e somente quando surge uma necessidade emergencial de contato. Seria interessante sistematizar uma articulação entre eles com o intuito de promover as melhorias necessárias a cada tipo de área de formação.

1.5.3 Relatos de dificuldades na obtenção de informações por parte do discente

Os estudantes muitas vezes alegam dificuldades na obtenção de informações sobre projetos e programas disponíveis na Proae. Os meios de divulgação que a Pró-Reitoria utiliza são os mais tradicionais, como o site e a página principal da UFJF, entretanto, talvez fossem necessárias a utilização de ferramentas, como as mídias sociais, para atingir o público desejado de forma mais eficaz. O grupo “De boas”, conforme citado anteriormente, é exemplo de que, quando divulgado com mais eficácia – em mídias sociais por exemplo - o programa atinge uma quantidade maior de alunos. Outros programas já não foram tão bem sucedidos pela falta de uma boa propagação.

Diante desse cenário, entre os pontos positivos e negativos expostos, este estudo tem como a analisar as necessidades dos alunos ingressantes pelas cotas A e B para melhoria do desempenho acadêmico. Por isso, torna-se importante, na sequência, um embasamento teórico que será exposto juntamente com o método, o qual será utilizado para alicerçar a pesquisa.

2 REFLEXÃO TEÓRICA E MÉTODO DO ESTUDO EMPÍRICO

Esta dissertação tem como problema central de pesquisa a seguinte questão: Quais as necessidades dos alunos ingressantes na UFJF pelos grupos A e B para melhoria do desempenho acadêmico? No capítulo 1 foi apresentado o caso de gestão que teve como objetivo identificar as necessidades desses discentes. Para melhor responder à questão da pesquisa foi necessária a identificação dos elementos críticos do caso de gestão, os quais serviram de base, em conjunto com os dados apresentados, para elaboração de um questionário aplicado aos alunos ingressantes pelos grupos A e B.

Nesse capítulo, além da reflexão teórica, será realizado um estudo empírico visando aprofundar a compreensão do caso de gestão. A reflexão teórica e o estudo empírico vão auxiliar na compreensão do problema de pesquisa e embasarão a formulação de um plano de ação – que será a principal contribuição desta pesquisa para que a Proae desenvolva uma melhor gestão pública.

2.1 Referencial teórico

Com a finalidade de embasar esta pesquisa, o referencial teórico vai tratar dos assuntos que permeiam o tema e que são importantes na solução do mesmo. Para tanto, torna-se relevante considerar as posições dos autores sobre as políticas públicas na educação superior – tema gênero desse trabalho, além da questão da *accountability* na gestão da política pública – haja vista as considerações acerca da política de cotas nas IFES. Além disso, por conta da mesma política, as ações afirmativas também merecem destaque neste capítulo, por serem uma questão atual e muito marcante nesta pesquisa. A política de cotas tem uma seção específica com a finalidade de analisar o posicionamento dos autores sobre o tema, por se tratar de uma questão importante no trabalho. Outro objeto a ser discutido é o Pnaes – programa base na solução da questão proposta – e política usada na assistência estudantil nas universidades, notadamente a UFJF.

Outros temas de relevância que serão tratados no referencial teórico são as atividades curriculares, a motivação escolar e a equidade. As atividades curriculares devem ser discutidas, pois, estão intimamente ligadas ao desempenho acadêmico dos discentes e, para que se realizem de forma satisfatória, é importante que haja motivação dos estudantes – e a assistência estudantil pode ser um fator de importância nesse objetivo. Além disso, a equidade

também se torna um tema importante de ser discutido devido à necessidade de se observar critérios justos das políticas públicas na educação.

2.1.1 Políticas públicas na educação superior

Primeiramente, ao se discutir políticas públicas, importa estabelecer a definição de “público”. São, na verdade, aquelas opostas ao que se considera “privado”, sendo que, para o público, deve ser necessária a intervenção do governo ou ação comum. São áreas que não são particulares ou individuais, mas comum a todos, sendo essa a denominada propriedade pública, a qual será controlada pelo governo para propósitos públicos. A localização do tema na esfera pública é o que condiciona a tornar-se objeto de políticas públicas (DIAS; MATOS, 2012). Segundo Dias e Matos (2012), outro aspecto interessante sobre as políticas públicas é que elas têm um formato coercitivo a ser seguido pelos cidadãos, por exemplo: impostos devem ser pagos, normas que regulamentam espaços públicos devem ser acatadas etc., caso contrário pode haver uma penalidade àquele que não as respeitar. Essa seria mais uma característica que as distingue das organizações privadas.

Com o fim de ainda melhor delinear o conceito de políticas públicas, torna-se importante traçar a diferença entre Estado e governo. Segundo HÖFLING (2001), Estado é o conjunto das instituições permanentes, tais como: órgãos legislativos, exército, dentre outros – os quais possibilitam ações governamentais. Já quanto ao conceito de governo, pode-se falar em programas e projetos propostos à sociedade por determinados grupos – como os detentores de mandato eletivo, lembrando que o Pnaes, por ter sido implementado por meio de decreto, enquadra-se como política de governo. Importante frisar que o governo deve saber gerir a implementação das políticas de maneira estratégica, pois, ao mesmo tempo em que é submetido ao interesse do capital, deve assegurar a cooperação e o controle social (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Políticas públicas são ações estatais que implantam um projeto de governo por meio de condutas voltadas a um setor específico da sociedade (HÖFLING, 2001). Dentre as políticas de grande importância para uma sociedade, estão as políticas sociais – que surgiram devido a movimentos populares do século XIX por disputas entre capital e trabalho, quando das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001). Diante disso, segundo Hofling (2001) a educação – um dos setores de grande importância na sociedade – é uma política social de responsabilidade do Estado. Essas políticas se situam em um tipo determinado de Estado, sendo que cada um concebe uma forma de projeto político diferente.

Para implantação das políticas públicas Ollaik e Medeiros (2011) defendem que seria necessário propor uma agenda de pesquisa no Brasil. Para isso, seria necessário o uso de instrumentos governamentais para implementar as políticas. Ollaik e Medeiros (2011) argumentam que seriam necessários novos estudos que se adequem às mudanças governamentais tão constantes no país. Assim:

A ideia subjacente é que qualquer política pública é composta de uma série de meios através dos quais o Estado age, exerce seu poder ou o limita, tais como o uso de regulação, subsídios, campanhas de informação, entre outros, para influenciar o comportamento dos cidadãos e alcançar os objetivos da política pública, resolvendo os problemas sociais identificados e proporcionando ao cidadão os bens e serviços adequados (HOOD, 1986; SALAMON, 2002 apud OLLAIK; MEDEIROS, 2011, p. 1945).

Coexistem hoje na administração pública brasileira instrumentos dos mais diversos, os tradicionais, tais como implementação por gestão direta e uso de incentivos econômicos; instrumentos para aumentar a participação popular; iniciativas de gestão indireta (por contratos e convênios), além de outros (TORRES, 2007). Assim, Ollaik e Medeiros (2011) entendem que o interessante é comparar e contrastar os instrumentos disponíveis para determinar como vão influenciar na implantação de uma política pública da melhor maneira possível.

Para Mello (1991), a educação passou a ser um fator primordial para qualificação dos recursos humanos e, conseqüentemente, culminou na melhoria da qualidade dos produtos oferecidos, além de tornar a sociedade mais igualitária, solidária e integrada. Segundo o mesmo autor, o conhecimento, a informação e a visão mais ampla que se adquire com a educação são os alicerces para a cidadania em sociedades que se tornam cada vez mais complexas. Assim, sobre a política educacional como política social, Freire (1998 *apud* Souza (2009) comenta:

A política educacional enquanto vertente da política social é um direito básico e vital de qualquer pessoa. Seu conjunto de planos e programas deve ser capaz de fomentar o saber pensar como instrumento necessário à participação dos cidadãos no jogo de interesses e de poder, presentes nas relações sociais. Isso é possível se entendemos que a educação é, em linhas gerais, um processo de reconstrução dinâmico e contínuo de saberes, experiências, participação política e valores que se traduzem como um ato de intervenção no mundo (FREIRE, 1998 apud SOUZA, 1998, p. 24).

Por outro lado, Saviani (2006) entende que educação e política não podem ser separados, entretanto a prática de cada uma é diferente, pois, se confundidos, podem prejudicar o ambiente escolar:

Uma análise, ainda que superficial, do fenômeno educativo nos revela que, diferentemente da prática política, a educação configura uma relação que se trava entre não-antagônicos. É pressuposto de toda e qualquer relação educativa que o educador está a serviço dos interesses do educando. Nenhuma prática educativa pode se instaurar sem este pressuposto. Em se tratando de política, ocorre o inverso. A mais superficial das análises põe em evidência que a relação política se trava fundamentalmente, entre antagônicos. No jogo político, defrontam-se interesses e perspectivas mutuamente excludentes. Por isso, em política, o objetivo é vencer e não convencer. Inversamente, em educação, o objetivo é convencer e não vencer. (SAVIANI, 2006, p. 93)

Saviani (2006, p. 94) ainda entende que, por suas características próprias, uma não poderia se fundir na outra sob pena de configurar um “politicismo pedagógico” ou um “pedagogismo político”. Ao mesmo tempo, defende que existe uma relação recíproca entre as duas dimensões: a educação precisa da política para obter algumas decisões objetivas como a prioridade no orçamento; e a política depende da educação no momento em que necessita de condições subjetivas como a difusão de propostas políticas.

Amaral e Ferreira (2014) analisam que existe um conceito no âmbito educacional sendo que a gestão consegue superar aquele tipo de administração hierarquizada e fragmentada, haja vista a complexidade dos problemas educacionais “[...] que exigem revisão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa” (AMARAL; FERREIRA, 2014, p. 4). Assim, a gestão pode garantir ações conjuntas, associadas e articuladas com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem (AMARAL; FERREIRA, 2014).

Nesta subseção, foram delineados alguns conceitos de política pública e como se torna importante quando aplicada à educação. Na próxima subseção o que será abordado são as ações afirmativas na educação pública, com um breve histórico e a forma que os pensadores dessa temática abordam a questão.

2.1.2 Ações afirmativas nas IFES

É sabido que determinados grupos têm posição desvantajosa com relação aos demais na sociedade. Essa desigualdade acarreta consequências negativas para os grupos atingidos, entre os quais está a exclusão social. Para reparar tais efeitos negativos, os quais se somam ao longo do tempo, o Estado, juntamente com a administração pública indireta, tem como objetivo implantar ações que favoreçam os indivíduos pertencentes a grupos discriminados, tais como as ações afirmativas (MOTTA; LOPES, 2012). Gomes (2001) conceitua as ações afirmativas como de caráter provisório e de correção:

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2001, p. 40)-

De acordo com Gomes (2003), as ações afirmativas surgem com a finalidade de trazer a igualdade substancial ou material, na medida em que protege indivíduos socialmente vulneráveis, ou seja, permite defender, por meio de políticas públicas, as especificidades decorrentes de situações distintas como divergências com relação à etnia, deficiências e outras. Interessante observar que o Estado começa a se posicionar diante dessas ocorrências no momento em que institucionaliza políticas públicas voltadas aos menos favorecidos. O mesmo autor ainda coloca que, quando a igualdade é tratada no patamar de uma ação afirmativa e se torna uma política pública, ela deixa de ser apenas um princípio a ser seguido para tornar-se “[...] um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade” (GOMES, 2003, p. 5).

O primeiro momento em que se percebeu mais explicitamente a implantação de programas de ações afirmativas no Brasil foi na Constituição de 1988, a qual reconheceu o racismo como crime inafiançável. Mais à frente, em 1995, o governo passou a construir políticas de combate ao racismo e à desigualdade racial de modo que foram criadas várias comissões para tratar desse assunto no país (ZONINSEIN, 2006).

Após esse momento, houve a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, em 2001 na África do Sul. Essa conferência trouxe maior visibilidade dessas questões para o Brasil, ganhando espaço nos meios de comunicação, o que deu início à adoção de políticas de ação afirmativa para ingresso no âmbito universitário (HERINGER, 2006).

Assim, diante de cenários de desigualdade e exclusão social, as ações afirmativas emergem como um instrumento capaz de amenizar situações de vulnerabilidade enfrentadas por certos grupos sociais. Nas palavras de Piovesan (2005), as ações afirmativas são um instrumento eficaz de inclusão social e devem ser aplicadas de maneira temporária de modo a corrigir um passado marcado pela discriminação. Segundo a mesma autora, as ações afirmativas são políticas compensatórias que buscam proteger a democracia, pois têm o objetivo de assegurar a igualdade substantiva, respeitando, assim, as diferenças e diversidades sociais, como as minorias étnicas e raciais.

Já a “discriminação positiva”, como denomina Piovesan (2005), é validada pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial⁶, a qual determina ações específicas voltadas a determinados grupos a fim de promovê-los ao nível dos demais, corrigindo os erros históricos desses nichos sociais. Interessante observar a afirmação de Piovesan (2005, p. 51): “[...] se a raça e etnia no país sempre foram critérios para excluir os afrodescendentes, que sejam hoje utilizados para, ao revés, incluí-los”. Na época em que esse artigo foi redigido, menos de 2% dos estudantes afrodescendentes estavam presentes em universidades públicas ou privadas, situação essa que vem se transformando devido às cotas sociais e raciais, hoje mais consolidadas. No mesmo artigo, a autora estabelece uma conexão entre os grupos socialmente excluídos e os direitos humanos, frisando que são um direito construído, sendo que a violação desses também o é. Ou seja, todos os tipos de exclusões sociais e discriminações devem ser desconstruídas com rapidez de modo a tornar as relações sociais mais igualitárias.

Diante da dificuldade de o Estado implantar a igualdade, surge a necessidade das ações afirmativas, sendo que o principal argumento para a implantação seria uma injustiça ocorrida no passado. Além da questão financeira, o grupo discriminado passa a ter um maior reconhecimento social, modificando o tratamento dos grupos minoritários (VIEIRA, 2005). Por isso, para Silva e Pereira (2009), a adoção de políticas afirmativas na educação superior gera muita polêmica pelo fato de se desenvolver, provavelmente, no único meio capaz de proporcionar mudanças sociais expressivas para o público alvo, e, conseqüentemente, resultar na ascensão socioeconômica dos pretos. Além disso, o critério da meritocracia no ingresso começa a ser abalado quando outros fatores são considerados, como a cor da pele e a condição social, o que, para Carvalho (2005), é um processo de suma importância para que se admita nas universidades públicas brasileiras a presença significativa de pretos e indígenas em um ambiente antes frequentado apenas por classes mais privilegiadas.

Nesta subseção as ações afirmativas são o destaque devido à política de cotas na educação superior fazer parte do público alvo da pesquisa – ingressantes por cotas raciais e sociais. Na próxima subseção o tema será tratado com maior profundidade, com seus conceitos e posicionamento dos autores acerca do tema.

⁶ Essa convenção foi adotada pela Resolução n.º 2.106-A da Assembleia das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965. Promulgada pelo Decreto n.º 65.810, de 8.12.1969, instrumento pelo qual o Brasil é signatário.

2.1.3 Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior

Entre as políticas afirmativas, as cotas nas IFES são uma das políticas de mais relevo no Brasil. Nota-se que as minorias – tanto provenientes de desigualdades socioeconômicas, quanto raciais e étnicas – estão conseguindo obter maior acesso ao ensino superior, antes apenas frequentado pelas classes de maior prestígio social. Segundo dados do IBGE em 2006, a população preta, apesar de representar 46,9% da população brasileira, contava com apenas 24,1% no *campus* universitário, enquanto que entre os brancos, eram 72,9% do total. A discussão sobre a política de cotas no Brasil surgiu nesse contexto social (BITTAR; ALMEIDA, 2006). Entretanto, a situação está modificando com o tempo. Segundo estudo do IBGE do ano de 2012, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) mostrou uma melhoria na educação superior, sendo que, a proporção de jovens estudantes com idade entre 18 e 24 anos que cursavam o nível superior cresceu de 27,0% para 51,3%, entre 2001-2011. Entre os estudantes pretos ou pardos nessa faixa etária, a proporção cresceu de 10,2% para 35,8%, ou seja, houve uma modificação substancial no quadro estudantil. (IBGE, 2010).

Bittar e Almeida (2006) ainda questionaram se haveria a possibilidade de existir uma “classe média negra” no Brasil pelo fato de essas pessoas não conseguirem atingir o ensino superior público, quadro que vem sendo modificado após a adoção da política de cotas. Diante disso, importante se faz a definição das cotas, que segundo Motta e Lopes, 2012 são:

[...] políticas, geralmente temporárias, que dispensam tratamento preferencial às pessoas pertencentes à classe ou grupos minoritários, como forma de proporcionar o acesso às instituições educacionais e setores do mercado de trabalho, por meio de reserva de vagas, a fim de compensar os prejuízos sofridos por esta população ao longo da história. Trata-se de uma espécie de ação afirmativa que vem sendo aplicada em vários países, para corrigir as desigualdades existentes no meio social. (MOTTA; LOPES, 2012, p. 6838).

A política de cotas possibilita a elevação dos níveis culturais da população, ao mesmo tempo em que permite que indivíduos historicamente excluídos por razões de classe e/ou etnia obtenham maior sucesso em âmbito empregatício, por isso, para Silvério (2003), um dos resultados imediatos da adoção da política seria a inclusão de uma parte dos pretos em posições estratégicas no mercado de trabalho, construindo pouco a pouco uma democracia sem a distinção de grupos étnico-raciais. Segundo Brandão e Marins (2004), realizar uma seleção universitária tendo como embasamento a raça traz ganhos qualitativos para a formação acadêmica como um todo e ainda consagra uma meta social que deve ser validada

por toda a sociedade: a igualdade racial. Ao alcançar tal objetivo, outra meta ficará em evidência; a existência de diplomados pretos ocupando postos de liderança em diversas áreas de atuação, tanto no setor público quanto no privado, ou ainda em organizações civis.

Brandão e Marins (2004) reforçam ainda que considerar a raça como elemento para definir o merecimento possibilita o alcance de três objetivos fundamentais nas IES: o primeiro seria a maior possibilidade de se encontrar alunos com grande potencial; o segundo, a otimização dos ganhos na educação coma diversidade do corpo discente; e, em terceiro, a possibilidade de formar pessoas que vão atender outras necessidades, ainda mais amplas. Nesse último ponto, esclarecem que os alunos pretos egressos do ensino superior, notadamente as mais seletivas, têm grandes chances de se tornarem líderes de suas comunidades ou em organizações que são mais voltadas às parcelas menos protegidas da população. Os autores tratam da valorização da diversidade que seria “[...] a possibilidade de convivência e interação construtiva e não-hierarquizada entre ‘indivíduos dessemelhantes’” (BRANDÃO; MARINS, 2004, p. 169). Ainda sob o olhar dos autores, a diversidade possibilita benefícios para a educação no momento em que potencializa a reflexão no âmbito acadêmico e na sociedade em geral e ainda produz uma quantidade maior de pessoas talentosas com capacidade de exercer atividades fundamentais no contexto local e nacional.

Ainda que não acabe com o preconceito e a discriminação no Brasil, para Silva e Pereira (2009), a política de cotas auxilia na redução da discrepância existente entre brancos e não brancos, haja vista que a discriminação contra os pretos ainda é muito forte. Além disso, outro argumento favorável às cotas, apresentado pelos autores, é o de que pretos e brancos nunca concorreram nas mesmas condições, ou seja, necessária se faz uma compensação entre eles, pois, desde o nascimento os pretos estão em desvantagem. Castro et. al. (2017) ainda afirmam que a desvantagem desses grupos advém do fato de que eles não têm uma preparação adequada para que possam concorrer em condições de igualdade com os alunos provenientes da rede privada de ensino.

Nota-se que, embora a discriminação brasileira não tenha sido nos moldes dos Estados Unidos ou da África do Sul, com relação aos pretos, ela ainda é muito grande no Brasil (BRANDALISE; SOUZA, 2015). Segundo Oliven (2009), é uma espécie de “racismo cordial”, que deixa obscura a verdadeira discriminação social. Ainda existe, segundo a autora, aqueles que sofrem dupla discriminação – pobreza e cor de pele – reforçando a separação entre brancos e pretos no país.

Devido a esse caráter de se perpetuar durante determinado período, a política de cotas deve ser uma política de Estado e não governamental (SOUZA; BRANDALISE, 2015). As

políticas de governo perduram apenas durante o mandato de seu governante, por isso, para que as cotas obtenham o resultado pretendido, ou seja, reduzir as desigualdades históricas relacionadas à educação, necessitam que os governos as constituam como uma política pública efetiva para que se possa efetivá-la. Segundo Campos (2012), reconhecer a diferença racial é importante para alcançar uma igualdade substancial e universal para atingir as divergências socioeconômicas que potencializam os efeitos da discriminação racial e distinção entre os grupos raciais.

Para Brandalise e Souza (2015), no caso das cotas, os elementos que embasam tais ações afirmativas são a democratização, a justiça social e a igualdade. É importante que tais elementos sejam sempre evocados, haja vista a característica de ser uma política pública continuada. Essa política se baseia no argumento de que a sub-representação das minorias em locais de maior prestígio social reflete a discriminação social desses grupos, frisando que, muitas vezes, esses alunos carecem de outras necessidades para sua permanência e conclusão nas Ifes (BRANDALISE; SOUZA, 2015). Essa sub-representação, também confirmada por Motta e Lopes (2012), se inicia desde o ensino fundamental e médio na rede pública brasileira. Por isso, para Castro (2017), nesse quadro de desigualdades, as universidades públicas se consolidam como um mecanismo constitucional a fim e consolidar o direito à educação, no momento em que proporciona acesso a ensino de qualidade para esses grupos.

Diante do cenário da necessidade de outros programas e projetos para manutenção dos estudantes no ambiente universitário, o Pnaes torna-se um instrumento relevante na manutenção dessa política pública, por isso, será detalhada na próxima subseção com o posicionamento de estudiosos sobre o tema.

2.1.4 Política Nacional de Assistência Estudantil

Com a expansão das universidades no Brasil, a oferta de vagas em cursos superiores aumentou substancialmente. Com essa mudança no quadro de vagas nas Ifes, e com as políticas de acesso e inclusão, a questão da manutenção e conclusão do curso por parte desses discentes ingressantes de políticas públicas tornou-se tema de grande relevância, culminando na democratização do acesso e possibilitando que estudantes com condições econômicas desfavoráveis pudessem ingressar nesse nível de ensino (ASSIS *et al.*, 2013). Assis *et al.* (2013) revelam que para a efetiva democratização desse acesso existe a necessidade de, para além da ampliação das vagas, uma estrutura apropriada para fortalecer o ensino público, tais

como: infraestrutura, novas tecnologias pedagógicas, dentre outros. Além disso, requer programas destinados àqueles advindos das classes mais baixas e desprivilegiadas, sendo que, nesse ponto, a assistência estudantil se revela como um instrumento adequado para garantir a permanência do ensino superior (ASSIS *et al.*, 2013).

Dentro desse contexto, importante verificar que a educação faz parte de um “complexo jogo social”, por isso, deve ser avaliada amplamente. Mais especificamente sobre o desempenho acadêmico, esse não pode ser analisado como um elemento estatístico isolado de outras características da escola e do contexto social e histórico, mas sim como um item de referência importante de qual o sentido da escola em cada nicho social e as práticas que se desempenham em seu interior (DAZZANI; FARIA, 2009). Nogueira (2004) ainda aponta que as desigualdades podem ser reproduzidas no seio escolar e que cada sociedade define, quando das suas escolhas históricas, qual o nível possível de aprendizado de seus discentes. Conforme o mesmo autor, pode haver grande oscilação, dependendo do tipo de sociedade e em locais como o Brasil, o desempenho acadêmico oscila de forma substancial de acordo com o nível socioeconômico. Afirma ainda que a escola por si só não tem a capacidade de mudar completamente a situação social do indivíduo, entretanto, consegue que seus alunos obtenham melhor desempenho que o esperado.

Segundo Araújo (2003), a discussão sobre assistência estudantil no Brasil tem muita relevância pelo fato de ser um dos países de maior desigualdade social, inclusive um fato perceptível nas universidades. Ainda segundo a autora, as dificuldades para se manter na instituição são maiores para os menos favorecidos socialmente, sendo a assistência estudantil um mecanismo tanto de direito, quanto de investimento social. De acordo com Assis *et al.* (2013), um dos objetivos dessa política é estabelecer um elo entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e apoio ao estudante, com a intenção de melhorar o desempenho acadêmico do aluno e ainda evitar a repetência e a evasão. A conexão entre a assistência estudantil, pesquisa e extensão é de grande relevância para que não se torne mero assistencialismo no ambiente universitário (FONAPRACE, 2012).

Para Vasconcelos (2010), a educação é um direito fundamental, universal e inalienável, além de um exercício da cidadania, sendo essencial na formação do ser humano, entretanto, o que se viu historicamente foi a exclusão de determinada parcela da população – com a qual foi criada uma dívida social. A mesma autora ainda define a assistência estudantil como instrumento importante na defesa desse nicho populacional. Reitera ser um “mecanismo de direito social” para que o estudante se desenvolva e tenha um bom desempenho curricular – a fim de reduzir a evasão e o abandono da graduação. Segundo a revista Fonaprace (2012), a

assistência estudantil deve se firmar não só no objetivo de permanência do aluno, mas também na formação completa dos estudantes. Importante que o ambiente universitário promova projetos que abranjam aspectos da realidade vivida pelos discentes a fim de garantir uma formação de qualidade.

Malacarne (1997) aponta ser necessária a intervenção do poder público para melhorar as condições de estudos desse aluno, que normalmente não consegue finalizar o curso sem esse apoio. A assistência estudantil é um instrumento eficaz nesse sentido, haja vista as diferenças existentes entre os grupos sociais e seu poder de interferência nessas questões, diante de seu quadro multiprofissional. Além da implantação de um programa como o Pnaes nas Ifes, seria fundamental, segundo Sanches (2013), que houvesse um processo de análise para verificar o funcionamento e os resultados dessas políticas. Afirma ainda que, na verdade, a universidade pública é apenas um exemplo do que ocorre com todos os tipos de programas e projetos públicos existentes – ou seja, a avaliação dos mesmos é ineficiente. Nesse caso, a sociedade fica carente de uma prestação de contas com relação às políticas, o que pode acarretar a não liberação de recursos para investimentos em novos projetos sociais.

Um dos objetivos do Pnaes é minimizar as diferenças de grupos sociais dentro das Ifes. Por isso, torna-se relevante discutir a equidade na educação haja vista a necessidade de se dissertar sobre os critérios de justiça nesta pesquisa, portanto, a próxima subseção trata desse tema.

2.1.5 Equidade na educação

Raws (2000) baseia o conceito de equidade no princípio de uma sociedade democrática em que todos tenham um tratamento equitativo para que as diferenças sejam respeitadas. Nesse caso, os benefícios têm de ser repartidos proporcionalmente a cada um. Em termos de educação, no Brasil, a diversidade socioeconômica dos estudantes que frequentam um curso superior público é muito grande, por isso, torna-se mais adequado analisá-la sob o ponto de vista da equidade, assim, a realidade pode ser observada por diversas vertentes. Nesse caso, busca-se uma conjugação entre equidade e igualdade, pois para que a educação gere igualdade a todos, precisa de um nível de equidade. Ainda segundo Raws (2000), a educação é um modo de aprimorar certas habilidades e aptidões do indivíduo, além de contribuir para o senso de cooperação e cidadania associada aos bens primários e ainda tem como função garantir a autonomia e o entendimento sobre os princípios da sociedade. Cabe destacar ainda que, para Costa (2010), a equidade serve como uma correção da lei, quando

não consegue abranger todos os casos existentes.

Para Bellintani (2006), quando se trata de ações afirmativas na educação superior brasileira, são três concepções filosóficas que se discutem para conceber o termo igualdade. Primeiramente, discute-se sobre a igualdade formal – em que todos são iguais e permanecem dessa forma ao longo da vida, sendo que a igualdade se prestaria a não permitir que houvesse discrepâncias diante de classes sociais distintas. Já a igualdade material tem a definição de que os iguais devem ser tratados de forma igual e os diferentes de forma diferente, levando em consideração suas desigualdades. Por fim, associa-se o termo a igualdade de oportunidades e de resultados, descrição essa que, para o autor, melhor se encaixa na educação pública, concluindo que todos os cidadãos devem ter acesso equitativo aos bens escassos e limitados da vida. Segue ainda afirmando que como não existe possibilidade de oferecer os bens a todos os indivíduos que o desejam, é preciso que haja uma igualdade de oportunidades para alcançá-los a fim de amenizar as carências existentes.

Por isso, para Raws (2000), a teoria da justiça como equidade tem a intenção de diminuir as diferenças entre os indivíduos, a fim de que pessoas que tenham menor condição na sociedade possam ser inseridas nos espaços sociais. Assim, esse é um ponto que pode ser observado ao se analisar as políticas de assistência estudantil, haja vista que essas políticas são fundamentais para a permanência do discente na educação superior, garantindo assim, a equidade. O autor não se atém às diferenças de ordem intelectual, social ou física, mas sim em uma justiça como equidade no âmbito da instituição pública. Assim, para Le Grand (1991), um objetivo de equidade na educação seria aquele que prioriza a distribuição de oportunidades à de resultados no momento em que as alternativas de escolhas equivalentes estariam disponíveis a todos os indivíduos, não importando gênero, condições ou preferências de cada um.

Já para Dubet (2004), as sociedades democráticas priorizam a meritocracia como instrumento de justiça, por isso o sucesso advém do trabalho e das qualidades do indivíduo. Entretanto, essa meritocracia, ainda segundo o mesmo estudioso, pressupõe uma igualdade de acesso ao ensino, o que não ocorre em países como o Brasil. A oferta escolar deveria ser a mesma para todos os grupos sociais, todavia os entraves são mais rígidos às camadas da população mais desfavorecida economicamente e socialmente. Dubet (2004) ainda destaca que para que se obtenha mais justiça nas escolas, seria necessário que essas levassem em consideração as desigualdades existentes e que fosse possível compensá-las de alguma forma, que seria o princípio da discriminação positiva. Esse princípio assegura, segundo o autor, igualdade de oportunidades, pois, no modelo meritocrático, sempre haverá os vencidos, e

devem ser tratados de forma justa e equânime, assim como os demais.

Quando se fala em igualdade de oportunidades no ambiente escolar, o desempenho acadêmico, tema deste estudo, mostra-se como um indicador do comportamento discente. Assim, para Nascimento (2007), apesar da importância da igualdade de oportunidades, essa não garante que exista equidade no ambiente educacional, devido a diferenças em habilidades e escolhas do indivíduo. Tais diferenças, as quais costumam interferir no desempenho acadêmico dos alunos, normalmente possuem um mesmo motivo: as condições socioeconômicas dos estudantes. Para o mesmo autor, esse é um dos poucos pontos de concordância entre as pesquisas educacionais e econômicas – e que tem sido confirmada internacionalmente desde a década de 1960.

As atividades curriculares e a motivação escolar também são temas que relacionados ao problema de pesquisa, por isso, serão discutidos na próxima subseção.

2.1.6 Atividades extracurriculares e motivação escolar

Em estudos realizados sobre atividades extracurriculares, é possível dizer que estão associadas à qualidade profissional que o estudante adquire e ao comprometimento que o mesmo tem com sua formação profissional. Além disso, outra constatação importante é de que essas atividades promovem a adaptação do estudante advindo de um contexto escolar totalmente diferente do ensino médio, através de monitorias, iniciação científica, estágios; remunerados ou não, os quais promovem a integração do discente (OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2016). No que concerne especificamente às atividades desenvolvidas no âmbito universitário, como projetos de extensão, grupos de estudo e monitoria, são importantes para um contato mais próximo com os colegas e professores (BARDAGI; HUTZ, 2010). Outra constatação sobre as atividades extracurriculares é a de que quando o estudante se dedica mais à dimensão acadêmica em sua vida, com a inserção nesse tipo de atividade, ele apresenta mais qualidade e sucesso na convivência universitária e no rendimento acadêmico (BAKER, 2008; TAVARES, 2012).

Sobre motivação, Garrido (1990) a conceitua como um processo psicológico que tem o poder de impulsionar a pessoa para realizar uma ação. A motivação torna-se um elemento crucial na utilização de recursos do indivíduo para que se alcance um objetivo (LOURENÇO; DE PAIVA, 2010). No que concerne à motivação no ambiente escolar, Leal, Miranda e Carmo (2012, p. 163), a consideram como “energia dinamizadora do processo ensino-aprendizagem que atinge todos os níveis de ensino”. Conforme Siqueira e Wechsler (2006) e

Lourenço e Paiva (2010), os estudos sobre os aspectos da aprendizagem são recentes, pois, antigamente, a motivação era uma pré-condição importante. Na verdade, para os mesmos autores, o que se constata hoje são condições recíprocas, já que, a motivação pode contribuir para a aprendizagem assim como a aprendizagem pode interferir na motivação. Além disso, Martini (2008) destaca que, para o desenvolvimento pessoal e acadêmico do aluno, os problemas motivacionais podem representar um fator crucial, pois podem comprometer gravemente a aprendizagem no ambiente escolar.

Segundo Alcará e Guimarães (2007), a motivação dos alunos no contexto educacional é um desafio importante, pois implica diretamente na qualidade do envolvimento do aluno no processo de ensino e aprendizagem. Para os mesmos autores, o discente motivado procura outros conhecimentos e oportunidades e se envolve mais com o processo de aprendizagem e transmite mais entusiasmo e disposição para novos desafios. Segundo Cardoso e Bzuneck (2004), muitas pesquisas – sendo grande parte com alunos do ensino superior – apontam que a qualidade do estudo, com estratégias eficazes aplicadas ao ambiente escolar, levam os discentes a se concentrarem na meta de aprender. Esta engloba pelo menos três vertentes do ensino segundo Ames (1992): as tarefas de aprendizagem que devem ser passadas aos alunos, a maneira de trabalhar as avaliações e a promoção de autonomia na hora do aprendizado.

Ainda segundo Ames (1992), o que realmente interfere na meta de aprendizado e, conseqüentemente, gera motivação escolar, seria a percepção por parte dos discentes de que os professores colocam ênfase no domínio de conteúdos e em uma aprendizagem realmente significativa para os estudantes. Boruchovitch (2009) considera a necessidade de transformar a sala de aula em um ambiente acolhedor, fazendo com que o aluno tenha um sentimento de pertencimento àquele espaço. É tarefa do professor transformar o local do ensino em um espaço de integração, onde o discente sinta que suas dúvidas são legitimadas assim como os pedidos de ajuda. A motivação, segundo essa mesma autora, não é somente característica do aluno, mas também é mediada pelo professor, pela sala de aula e pela escola, de modo que uma das principais formas de gerar a motivação no aluno é o próprio professor ser uma pessoa motivada.

Quando se pensa no professor como instrumento de motivação para os estudantes, Lourenço e Paiva (2010) defendem que o docente deve usar estratégias que façam o aluno agregar novos conhecimentos, utilizando métodos ajustados às necessidades de cada um e um currículo bem estruturado, procurando valorizar a motivação nesse processo. Seguindo ainda a mesma linha de pensamento dos autores, as técnicas utilizadas para motivar os estudantes garantem uma aula mais produtiva por parte do corpo docente, pois o ensino está relacionado

com a comunicação. Paiva (2008) afirma que o ensino só tem sentido se interferir na aprendizagem, por isso torna-se importante entender como o professor ensina e como o aluno aprende e, assim, o processo educativo tem melhor resultado e o aluno consegue pensar, sentir e agir. Importante entender que a aprendizagem necessita de motivação, portanto, um aluno fica motivado quando tem a necessidade de aprender e atribui um significado a isso (PAIVA, 2008).

Para Lourenço e Paiva (2010), no momento em que a motivação está inserida no âmbito da aprendizagem, tem que se levar em consideração as características do contexto escolar. Normalmente, as tarefas e atividades vividas na escola se associam a processos de cognição, tais como: capacidade de atenção, concentração, processamento de informações, raciocínio e resolução de problemas. Alguns autores, portanto, como Bzuneck (2002), afirmam que não seria o mais adequado aplicar conceitos gerais de motivação no caso do contexto de escola, sem considerar as particularidades do ambiente a que o discente pertence. A questão da motivação escolar pode explicar, muitas vezes, o aproveitamento de alguns alunos, os quais conseguem alcançar novas capacidades e desenvolver seu potencial, em detrimento de outros, que parecem ter pouco interesse nas atividades, fazendo-as por obrigação ou sem responsabilidade, em alguns casos, desconsiderando sua vida escolar (GARRIDO, 1990).

Por todos esses aspectos, Lourenço e Paiva (2010) sustentam que a motivação no contexto da escola pode determinar o nível e a qualidade do desempenho do estudante. O aluno que se encontra motivado, para os mesmos autores, revela-se envolvido no processo de aprendizagem de modo que despense mais esforços, realiza tarefas desafiadoras e utiliza estratégias mais apropriadas, procurando desenvolver novas capacidades de compreensão e domínio. O discente apresenta também maior entusiasmo para desempenho das tarefas e orgulho em relação ao desempenho e resultados. Assim, criar essa cultura de valorização da motivação pode ser um pilar essencial na ação de aprender (LOURENÇO; PAIVA, 2010).

Outro fator que pode ser relacionado à motivação é a prática de atividades extracurriculares. Além de ser importante no próprio ambiente universitário e gerar maior motivação dos estudantes, a participação nessas atividades também costuma alavancar a carreira dos discentes, haja vista que, se na graduação eles se preocupam com questões para além do contexto universitário, também se portarão dessa maneira em uma empresa ou realizando uma atividade. Ademais, a participação em atividades dessa natureza pode resultar em aumento salarial após a entrada no mercado de trabalho, pois, muitas vezes, as empresas valorizam esse tipo de postura (OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2016).

Nesta seção, o que será relevante aprofundar, além dos conceitos pertinentes à assistência estudantil, é o posicionamento da necessidade desse instrumento para construção da educação superior brasileira. Além disso, com a reflexão teórica, serão levantados aspectos que irão ser mais bem explorados no estudo empírico. Esse referencial servirá também como balizador para o plano de ação, pois com base no que a literatura diz sobre os temas em destaque, será possível analisar aquilo que pode ser aplicado na prática, com a finalidade de embasar as proposições que serão desenvolvidas no capítulo 3 da dissertação.

A próxima seção trata de quais mecanismos serão utilizados no estudo empírico, além dos procedimentos metodológicos necessários que intentam solucionar a questão.

2.2 Estudo empírico

Nesta seção será apresentado o estudo empírico que, juntamente com a análise do caso e o referencial teórico, fornecerá subsídios para a elaboração de um plano de ação. Primeiramente, serão descritos os procedimentos metodológicos usados com as respectivas justificativas, depois, nas subseções 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4 serão apresentados os resultados e suas análises. Além disso, com os dados obtidos no estudo e as contribuições levantadas por meio de revisão de literatura, vão servir de subsídio para se elaborar o plano de ação, que será o produto final da dissertação – a qual tem como objetivo tentar minimizar o problema de gestão.

O caso de gestão desta dissertação foi apresentado no capítulo 1. Para apresentar esse capítulo, foi utilizada, como uma das fontes dos dados, a pesquisa de documentos internos da Proae. Para Gil (2008), as pesquisas documentais são feitas com materiais que não receberam tratamento analítico, mas que evitam o constrangimento e a perda de tempo do pesquisador. No caso desta pesquisa, os documentos de estudo quantitativos da pró-reitoria foram de grande relevância para embasar os dados relacionados ao rendimento acadêmico dos bolsistas da Proae.

Além dos dados internos, foram feitas entrevistas com os profissionais da Proae para subsidiar o entendimento da pesquisa, bem como observação interna do trabalho dos profissionais e dos programas e projetos oferecidos. Ainda no campo da pesquisa documental, o site da instituição forneceu boa parte dos dados responsáveis pelas comparações do desempenho dos alunos referentes aos ingressantes pelas cotas A, B, C, D e E.

Assim, a sistematização deste caso de gestão permitiu a identificação de três elementos críticos, quais sejam:

- a) Dificuldade de sistematização de um programa de acompanhamento de desempenho acadêmico, especificamente com relação aos cotistas A e B na UFJF – *campus* Juiz de Fora;
- b) Insuficiência na articulação da Proae com as coordenações de curso;
- c) Relatos de dificuldades na obtenção de informações por parte do discente.

Para realizar esta pesquisa foi utilizada uma abordagem integrada qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo e Sanches (1993), as duas abordagens podem ser utilizadas como complementares, quando houver necessidade para o resultado do estudo. A abordagem quantitativa, para os mesmos autores, atua em nível de realidade e os dados são os elementos fundamentais da pesquisa. Já a qualitativa trabalha com crenças, valores, representações e hábitos do indivíduo. Outra distinção entre tais tipos de abordagem é a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo (GÜNTHER, 2006). Quando se trata de uma pesquisa quantitativa, provavelmente não se escuta o participante após a coleta de dados, já na qualitativa, normalmente há necessidade de escuta para interpretação dos dados. Para Günther (2006), normalmente o pesquisador que utiliza o método qualitativo tem interesse em relações complexas que não envolvem necessariamente a mensuração de variáveis e a maneira de chegar à compreensão é por meio de explicações e compreensões das relações entre variáveis.

Por isso, importante será a conjugação das duas abordagens com utilização de entrevistas em profundidade com os profissionais da Proae e com os discentes cotistas, e questionário que foi enviado aos alunos que ingressaram pelas cotas A e B da UFJF (aquelas em que é necessária a comprovação de renda).

Importante mencionar também que esta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. Segundo Gil (2008), o estudo exploratório tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Normalmente esse tipo de pesquisa envolve estudo bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Por isso, será interessante utilizar esse mecanismo haja vista o caso de gestão já ter envolvido uma pesquisa bibliográfica e documental sobre um tema ainda pouco explorado em trabalhos acadêmicos.

Ainda segundo Gil (2008) esta será também uma pesquisa descritiva, pois tem por objetivo estudar as características de um grupo – os discentes ingressantes pelas cotas A e B – e são realizadas com os pesquisadores que se preocupam com atuação prática, muito utilizada em instituições educacionais, ou seja, interessante para o público-alvo da UFJF.

O desenho da pesquisa, após essas ponderações, é o estudo de caso. Tal abordagem tem como alvo mais comum a foco em apenas uma unidade - no caso a Proae (ALVES-MAZZOTTI, 2006). Entretanto, importante situá-la no contexto universitário, pois, segundo o setor não pode ser “[...] algo à parte, tanto em sua gênese, apresentando-o de modo desconectado da discussão corrente na área, como em seu desenvolvimento, no qual não se observa qualquer preocupação com o processo de construção coletiva do conhecimento” (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 639).

A próxima seção apresentada o método que será utilizado nesse estudo empírico.

2.2.1 Método

Nesta subseção, serão apresentados os procedimentos metodológicos usados para obter os dados da pesquisa e, conseqüentemente, analisá-los.

Primeiramente, na fase exploratória, foram feitas entrevistas em profundidade semiestruturadas com três profissionais da Proae e três alunos que ingressaram pelas cotas A e B. Para Olsen (2015), a entrevista semiestruturada é um método mais sistemático e necessita de um melhor planejamento quando comparada a não estruturada, o que permite uma melhor organização e possivelmente melhores resultados para a entrevista. Segundo a mesma autora, é importante usar um dispositivo de gravação ao realizar o método, com a finalidade de conseguir absorver o máximo do entrevistado. Os roteiros semiestruturados estão no apêndice A.

Para Gil (2008), as pesquisas feitas com base em um estudo de caso são essencialmente qualitativas e não há forma pré-definida de análise para orientar os pesquisadores. Segundo o mesmo autor, existem três etapas na análise de uma abordagem desse tipo: a redução dos dados, a apresentação e a conclusão. Primeiramente, na redução dos dados, simplificam-se os dados para se obter padrões definidos e torna-se importante descobrir quais categorias serão usadas. Após essa etapa, na apresentação, os dados são organizados para se analisar as semelhanças e diferenças entre eles, e podem ser descobertas outras categorias. O terceiro passo, a conclusão, requer uma revisão dos dados construídos para verificar a validade das constatações.

A segunda fase da abordagem tem caráter quantitativo, sendo aplicada uma pesquisa *survey* por meio de um questionário estruturado, para obtenção de dados ou informações de uma população específica (FREITAS *et al.*, 2000). No caso deste estudo, os respondentes são

os discentes ingressantes pelas cotas A e B na UFJF – *campus* Juiz de Fora. Esse tipo de pesquisa é normalmente aplicado no caso de interrogação direta das pessoas as quais se quer conhecer o comportamento e, após a coleta, faz-se a análise quantitativa para se obter as conclusões (GIL, 2008). A amostra obtida foi não probabilística do tipo autogerada, pois não se formou por critérios aleatórios ou por acesso, mas sim pelo conjunto de pessoas que se dispuseram, voluntariamente, a responder o questionário, via e-mail (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTE; ZECHMEISTER, 2012).

Este *survey* teve como finalidade levantar os prováveis fatores relacionados ao comportamento acadêmico dos alunos ingressantes pelas cotas A e B, com a finalidade de melhor embasar o trabalho. Após a obtenção dos dados, foram utilizados a distribuição de frequência e o cruzamento de variáveis para análise. Primeiramente, foi necessário agrupar os dados das várias categorias analisadas, para realizar a tabulação marginal (contagem das frequências de cada categoria). Após a tabulação, houve a caracterização de cada variável obtida para depois verificar como se distribui a amostra diante das variáveis estudadas.

Por fim, uma comparação entre os resultados obtidos com as entrevistas – fase qualitativa – e o questionário – fase quantitativa – teve o objetivo de comparar as opiniões do corpo discente e dos profissionais acerca do tema proposto e auxiliar nas conclusões de propostas para o caso de gestão.

Após a realização das formas de abordagem citadas, o capítulo 3 trará a forma de intervenção possível para este estudo de caso, com a finalidade de aprimorar os serviços e projetos da Proae. A próxima subseção vai tratar dos resultados obtidos nas entrevistas em profundidade aplicados aos profissionais e discentes.

2.2.2 Resultado das entrevistas em profundidade

Na fase exploratória, foram feitas entrevistas com profissionais da Proae, sendo um de cada área – psicologia; pedagogia e serviço social – e com discentes que ingressaram pelos grupos A e B (sendo dois do grupo B e um do grupo A). Os alunos foram abordados aleatoriamente, selecionando apenas aqueles que ingressaram pelos grupos A e B. Foi usado um gravador de áudio para registrar com melhor fidelidade as respostas das entrevistas. Os roteiros de entrevista foram adaptados de acordo com o perfil dos entrevistados (discente ou profissional) – segundo apêndice A. As respostas dos entrevistados foram divididas em itens de acordo com o que foi transcrito e condensado da seguinte forma:

- Diferença de desempenho acadêmico entre os cotistas

Para os profissionais da Proae, as cotas são muito importantes para darem acesso àqueles que têm dificuldades socioeconômicas. Assim, para a profissional 1, a política de cotas na educação superior estimulou a mudança nas Ifes, antes acessada por um número reduzido de estudantes de baixa renda. Assim nas palavras da entrevistada: “as políticas de cotas estimularam a mudança mesmo do perfil dos estudantes nas universidades públicas...” Ainda a mesma profissional, apesar de concordar com as cotas, acrescenta: “não é o ideal, porque o ideal seria que os estudantes tivessem uma educação pública de qualidade desde o ensino básico...”.

Já a profissional 2 concorda com a maior facilidade de acesso por esses grupos, mas acredita que garantir apenas o acesso não seria suficiente para a boa formação desses estudantes. Seguindo o mesmo raciocínio, ambas as profissionais acreditam que pode haver uma diferença de desempenho dos ingressantes pelas cotas de renda. Entretanto, a profissional 2 infere que, dependendo do curso, essa diferença pode ser significativa e, em outros, pode não existir: “depende muito do curso, percebo que em alguns cursos existe uma grande diferença e baixo desempenho desses alunos, mas em outros cursos isso eu não percebo...”.

Por isso, a profissional 1 sugeriu que talvez houvesse a possibilidade de realizar um trabalho de nivelamento entre os discentes para que não tenham dificuldades durante a graduação.

- Relação dos discentes com os programas e projetos da Proae

Todos os profissionais concordam que não existe atendimento diferenciado para os ingressantes por cotas A e B, mas reconhecem que existe um projeto que acompanha o rendimento acadêmico dos alunos que já estão com baixo rendimento, entretanto, não especificamente entre esses ingressantes. As mesmas profissionais também concordam que os programas e projetos são importantes para os discentes. Mas, para a profissional 2, a grande maioria não tem interesse nos programas e projetos desenvolvidos, eles se interessariam mais pela questão financeira (bolsas e auxílios). Ela acredita que pode haver um problema de divulgação, acesso à página da Proae, entretanto afirma que podem contribuir muito para os alunos. Para a profissional da área da psicologia, o motivo de atendimento mais frequente seria a ansiedade, além de dificuldades na aprendizagem. Afirma ainda que existem muitos

programas e projetos interessantes, mas que poderia haver mais.

Quanto à entrevista com os discentes, interessa observar que nenhum dos entrevistados participa dos programas e projetos da Proae. Todos os três entrevistados têm conhecimento da existência de psicólogos na pró-reitoria, mas não compreendem bem os tipos de serviços existentes nessa unidade. Para o discente 3, os atendimentos psicológicos são de fundamental importância, pois acredita que houve um aumento nos quadros psicológicos, como a ansiedade, assim, nas palavras do discente: “venho percebendo um aumento da questão psicológica muito forte, sabe, pessoas com crise de ansiedade muito grande...”, entretanto, não tem conhecimento do serviço pedagógico.

- Perfil do discente bolsista

Para a profissional 1, provavelmente, a maioria do público alvo da assistência estudantil já teria o perfil de baixa renda, pois, para ingressarem no programa de bolsas, devem comprovar renda *per capita* abaixo de 1,5 salários-mínimos por pessoa da família. Entretanto, quando se trata de programas e projetos relacionados à psicologia ou pedagogia, não há a necessidade dessa comprovação, portanto, acredita ser importante um acompanhamento específico desses grupos, por entender que pode existir certa diferença acadêmica entre os grupos de acesso na UFJF.

Quanto às entrevistas com os alunos, para o discente 1, as principais dificuldades estão em equilibrar os gastos com a renda que se tem e conseguir por meio de bolsas e estágios, por exemplo, uma maior fonte de renda para sobreviver na universidade, assim como dito pelo discente: “eu acho que o principal é a questão de equilibrar os gastos com os gastos que tem em casa...”. O estudante afirmou ainda que, academicamente, o discente disse que talvez não tenha se dedicado o suficiente. Outra coisa que o discente afirma, é que no curso dele existe a necessidade de fazer um estágio obrigatório, que poderia contar como algum tipo de disciplina, para facilitar o desenvolvimento acadêmico. Ele acredita que o perfil do aluno está modificando, por isso, as atividades deveriam ser otimizadas, devido às diversas tarefas que devem ser realizadas. Já para o discente 2, os problemas financeiros causam grande ansiedade e preocupação e podem interferir no desempenho acadêmico do aluno. Acredita que os gastos com simpósios, congressos e material de alto valor são as maiores dificuldades que o discente enfrenta na graduação, pois toca na esfera econômica. O discente 3 também afirmou a questão financeira como sendo a maior das dificuldades enfrentadas pelos alunos, entretanto, outra dificuldade encontrada pelo aluno foi a adaptação à lógica da universidade, como a

construção de uma rotina de estudos no início da graduação. Sobre esse assunto afirmou o aluno: “a minha grande dificuldade foi me adaptar à lógica da academia, sabe, questão de texto, questão de linguagem...”.

A próxima seção irá tratar de outra fase da pesquisa: a fase quantitativa. Nessa fase, primeiramente, foi solicitado ao CGCO (Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional) dados do IRA (índice de rendimento acadêmico) médio dos alunos por grupo de acesso na UFJF – *campus* Juiz de Fora. Após isso, aplicou-se questionário – elaborado com base nas entrevistas e nos dados do CGCO – aos discentes que ingressaram por cotas de renda (grupos A e B). A seguir observa-se os resultados obtidos.

2.2.3 Resultado da fase quantitativa

Na fase quantitativa da pesquisa, o setor responsável pelo manejo dos dados na UFJF (CGCO) foi consultado sobre alguns quesitos relacionados aos grupos de acesso da instituição. Como o foco do trabalho foi o desempenho acadêmico dos grupos A e B, o IRA foi utilizado como parâmetro nesse quesito, sendo que o ano de referência para a pesquisa foi 2017, devido ao fato de o encerramento do ano letivo trazer menos distorções nas notas dos discentes. Para melhor elucidação das tabelas do CGCO, torna-se importante considerar novamente os grupos de acesso da UFJF (*campus* Juiz de Fora), lembrando que, com exceção do o grupo C, os demais grupos cursaram todo o ensino médio em escolas públicas ou equivalente, sendo:

- Grupo A: Aqueles que se autodeclararam preto, pardo ou indígena (conforme levantamento do IBGE) e que possuam renda *per capita* inferior a 1,5 salários-mínimos por pessoa da família;
- Grupo B: Aqueles que não se autodeclararam preto, pardo ou indígena (conforme levantamento do IBGE) e que possuam renda *per capita* inferior a 1,5 salários-mínimos por pessoa da família;
- Grupo C: Aqueles que não fizeram o ensino médio em escolas públicas ou não optaram pelas cotas;
- Grupo D: Aqueles que, independentemente da renda, se autodeclararam preto, pardo ou indígena (conforme levantamento do IBGE);
- Grupo E: Aqueles que, independentemente da renda, não se autodeclararam preto,

pardo ou indígena (conforme levantamento do IBGE).

A Tabela 9 demonstra a comparação geral entre os grupos de acesso da UFJF – *campus* Juiz de Fora:

Tabela 9 - IRA médio por grupos de acesso

Grupos	IRA médio
A	59,17
B	62,30
C	63,63
D	59,90
E	63,05

Fonte: elaboração própria com base nos dados do CGCO – *campus* Juiz de Fora – 2018.

A Tabela 9 mostra o IRA médio geral por grupos na UFJF (*campus* Juiz de Fora) e o que se pode observar é que o grupo A tem o menor índice geral, enquanto o grupo B também está abaixo do IRA geral, quando comparado ao grupo C (ampla concorrência). O grupo D também aparece com índice menor quando comparado com a ampla concorrência, mas ainda superior ao grupo A. Já o grupo E aparece mais próximo à média geral da ampla concorrência (grupo C).

A segunda comparação solicitada ao CGCO foi a média geral daqueles que são bolsistas da Proae na UFJF (*campus* Juiz de Fora):

Tabela 10 - IRA médio dos alunos bolsistas da Proae na UFJF – *campus* Juiz de Fora

Grupo	Total alunos	Média
Grupo A	851	67,81
Grupo B	600	68,87
Grupo C	422	68,33
Grupo D	258	65,26
Grupo E	150	66,83

Fonte: elaboração própria com base nos dados do CGCO- *campus* Juiz de Fora - 2018

Já a Tabela 10 demonstra que não há tanta diferença no IRA entre os grupos de acesso quando recebem bolsas e/ou auxílios da Proae na UFJF – *campus* Juiz de Fora. Interessante observar que o grupo B inclusive ultrapassa um pouco a média da ampla concorrência – grupo

C. Pode-se inferir – corroborando a dificuldade reportada pelos alunos nas entrevistas – que a questão financeira pode ter sido melhor suprida quando o discente é amparado pela assistência estudantil, culminando em uma melhor pontuação geral dos discentes bolsistas da Proae. Esse fato pode ser mais bem constatado quando se observa a Tabela 11:

Tabela 11 - IRA médio dos alunos não bolsistas da Proae na UFJF – campus Juiz de Fora

Grupo de acesso	Total de alunos	Média
Grupo A	990	51,79
Grupo B	849	57,73
Grupo C	6.430	63,32
Grupo D	1.519	58,99
Grupo E	1.282	62,61

Fonte: elaboração própria com base nos dados do CGCO- *campus* Juiz de Fora - 2018

A Tabela 11 consolida melhor a hipótese trazida anteriormente de que os discentes não amparados pela assistência estudantil podem ter índices piores quando comparados aos que recebem algum tipo de bolsa e/ou auxílio. Observa-se que os grupos A e B têm as menores médias, e que estão abaixo do mínimo para aprovação estipulado pela UFJF (60%). Outro dado interessante é de que todos os grupos têm a média geral menor quando comparados aos seus pares que são bolsistas da Proae na UFJF. Interessante ressaltar que tal fato pode servir como *accountability* dessa política pública na instituição, tendo em vista que os alunos amparados financeiramente obtêm melhores resultados quando comparados aos que não possuem auxílio ou bolsa, revelando a eficácia da política. A Tabela 12 mostra o IRA médio por área de conhecimento e por grupo de acesso na UFJF.

Tabela 12 - IRA médio dos alunos por área na UFJF – campus Juiz de Fora

Grupos	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Engenharias	Linguística, Letras e Artes
A	50,58	65,54	33,11	58,81	65,03	51,27	65,11
B	58,51	69,76	40,10	63,39	66,04	53,51	66,05
C	61,19	70,02	38,88	62,19	67,55	59,27	69,35
D	60,12	67,73	35,54	58,58	63,34	52,05	65,93
E	64,03	68,24	42,69	59,24	66,09	57,55	71,46

Fonte: elaboração própria com base nos dados do CGCO – *campus* Juiz de Fora - 2018.

A Tabela 12 foi solicitada para observar a diferença das notas por áreas de conhecimento na UFJF, independentemente de ser bolsista ou não da Proae. Dependendo da área de conhecimento analisada, a diferença do IRA é bem visível, como por exemplo as Ciências Exatas e da Terra, que trazem o pior desempenho em todos os grupos. Outro dado interessante mostrado pela tabela seria que o grupo A tem a menor média do IRA quando comparado aos demais grupos em todas as áreas de conhecimento.

Esses foram os resultados obtidos sobre o IRA médio dos alunos ingressantes por cotas de renda na UFJF – ano 2017. Na próxima seção, seguindo a fase quantitativa da pesquisa, serão discutidos os resultados obtidos com os questionários aplicados aos discentes ingressantes por cotas na UFJF.

2.2.4 Resultado dos questionários aplicados

Além dos resultados obtidos com os dados do CGCO, foi elaborado um questionário (Apêndice B), com base nos resultados obtidos com as entrevistas aplicadas aos profissionais e discentes da Proae. O instrumento utilizado para a elaboração do questionário foi o formulário do *site* da internet Google para preenchimento *online* com 12 perguntas direcionadas aos discentes que ingressaram pelas cotas A e B na UFJF – *campus* Juiz de Fora. O *link* para acesso ao formulário foi enviado por e-mail a todos os discentes que se enquadram no perfil socioeconômico dos ingressantes por cotas A e B (que comprovaram renda de até 1,5 salários-mínimos para ingressarem na UFJF). Para obter os e-mails dos alunos desses grupos, foi enviada ao CGCO uma solicitação de autorização por meio do SIGA, o qual disponibilizou os dados dos alunos para a pesquisa. Foram enviados 1.455 e-mails e foram obtidas 470 respostas no período de 17/08/2018 a 31/08/2018, o que corresponde a um retorno de 14,23%. Dentre os alunos respondentes, oito não puderam finalizar o questionário devido ao fato de as primeiras duas perguntas eram questões-filtro e interromperem as respostas seguintes – a primeira por ser menor de idade, e, a segunda por não ser público alvo da pesquisa. Obteve-se, assim uma amostra não probabilística de 462 estudantes.

A Tabela 13 mostra a quantidade de alunos respondentes do questionário além da taxa de retorno de resposta do questionário por curso. Alguns cursos tiveram maior taxa de resposta ao questionário, como turismo e artes visuais. Todavia, os alunos participantes são

vinculados a graduações variadas na UFJF, o que foi importante para se obter uma amostra que representasse todas as áreas de conhecimento da universidade:

Tabela 13 - Respondentes por curso (continua)

Cursos	Quantidade de respondentes	Taxa de retorno
Administração	13	65%
Arquitetura e Urbanismo	16	44%
Artes e Design	16	26%
Artes Visuais	2	100%
Ciência da Computação	7	38%
Ciências Biológicas	11	50%
Ciências Contábeis	13	50%
Ciências Econômicas	18	50%
Ciências Exatas	3	7%
Ciências Humanas	29	47%
Ciências Sociais	4	57%
Direito	38	40%
Educação Física	8	19%
Enfermagem	14	56%
Engenharia Ambiental e Sanitária	3	13%
Engenharia Civil	8	15%
Engenharia Computacional	2	33%
Engenharia de Produção	7	28%
Engenharia Elétrica – Energia	6	54%
Engenharia Elétrica – Robótica e Automação Industrial	5	17%
Engenharia Elétrica – Sistemas de Potência	2	6%
Engenharia Elétrica – Sistemas Eletrônicos	4	23%
Engenharia Elétrica – Telecomunicações	5	35%
Engenharia Mecânica	8	25%
Estatística	1	33%
Farmácia	15	27%

Filosofia	3	30%
Física	3	37%
Fisioterapia	7	18%

Tabela 13 - Respondentes por curso (conclusão)

Geografia	15	57%
História	13	27%
Jornalismo	11	25%
Letras – Libras	3	23%
Letras – Tradução Português Espanhol Francês Inglês Italiano Latim	20	50%
Matemática	3	21%
Medicina	27	51%
Medicina Veterinária	16	39%
Nutrição	19	33%
Odontologia	12	19%
Pedagogia	6	21%
Psicologia	8	26%
Química	8	38%
Rádio, TV e Internet	1	50%
Serviço Social	12	37%
Sistemas de Informação	3	30%
Turismo	6	85%

Fonte: dados da pesquisa.

Após passarem pelo crivo das duas primeiras questões, apresentou-se a pergunta descritiva do questionário, a qual revela alguns posicionamentos dos discentes em relação às cotas como meio de acesso no ensino superior. O questionamento dado foi: “O que você acha da política de cotas como meio de acesso ao ensino superior?” Dos 462 respondentes do questionário, apenas dois não concordam com a política de cotas como meio de acesso nas universidades públicas. Os demais respondentes defendem a justiça e a necessidade da medida como forma de acesso, sendo que a maioria defende que não haveria outra possibilidade de ingresso no ensino superior sem as cotas. Porém, grande parte também defende que deveria ser uma medida transitória, com a finalidade de resolver uma defasagem

histórica. Assim, a maioria acredita que as cotas são importantes e eficientes para inclusão dos menos favorecidos na educação superior brasileira. A seguir, o gráfico 4 mostra a quantidade de respondentes por grupo de acesso no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Grupo de acesso dos respondentes

Qual grupo de acesso você ingressou no curso atual?

462 respostas



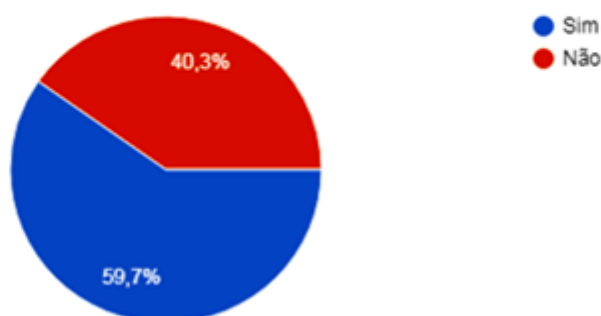
Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos alunos respondentes (54,3%) ingressou pela cota A (aqueles que comprovam baixa renda e se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas). O Gráfico 5 mostra a opinião dos alunos sobre um atendimento diferenciado na universidade:

Gráfico 5 - Atendimento diferenciado para ingressantes por cotas

Acredita que os discentes ingressantes pelas cotas A e B necessitam de algum atendimento diferenciado?

462 respostas

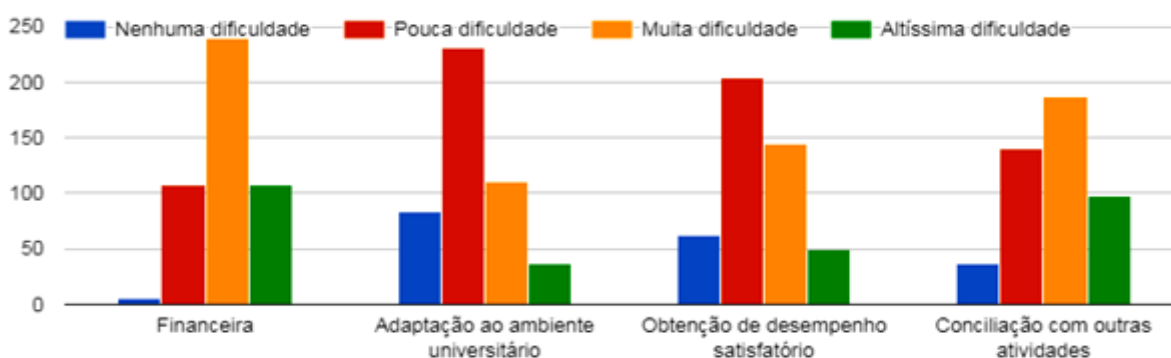


Fonte: dados da pesquisa

Pelo Gráfico 5, a maioria (59,7%) acredita ser necessário um atendimento diferenciado para os ingressantes A e B na UFJF. Dentre os que acreditam não haver necessidade de atendimento diferenciado (40,3%), 46,23% pertencem à cota A e 53,77% pertencem à cota B, ou seja, pode-se perceber que os discentes do grupo A podem sentir mais necessidade de atendimento diferenciado quando comparados ao grupo B. O Gráfico 6 mostra quais as maiores dificuldades percebidas por esse grupo de aluno. Assim, será possível considerar com maior facilidade quais as medidas cabíveis para facilitar a vida acadêmica.

Gráfico 6 - Dificuldades dos discentes

Entre as dificuldades percebidas, enumere suas dificuldades em nenhuma dificuldade até altíssima dificuldade:



Fonte: dados da pesquisa.

Pelo Gráfico 6, a questão financeira aparece como a de maior preponderância entre as dificuldades, sendo que 51,9% responderam muita dificuldade e 23,3%, altíssima dificuldade, corroborando o que foi relatado na entrevista com os discentes e no levantamento feito em 2016 pela Proae. Outro quesito que merece atenção seria a dificuldade de conciliação da universidade com outras atividades. No gráfico6, 40,4% apresentaram muita dificuldade e 21,2% altíssima dificuldade, assim como revelado nos resultados das entrevistas com os discentes. Quanto ao desempenho acadêmico, esse também obteve um número expressivo, sendo 31,3% com muita dificuldade e 10,8% com altíssima dificuldade – fato esse que merece atenção ao se considerar as propostas de solução.

Quando é feita a separação entre os bolsistas e não bolsistas nessa questão, dentre os que não possuem bolsa, apenas 2 admitem não ter nenhuma dificuldade financeira. Do total de não bolsistas, 45,6% dos respondentes, a dificuldade financeira aparece como a mais

preponderante (64,9% dos alunos não bolsistas responderam que tem “muita dificuldade” ou “altíssima dificuldade”), ou seja, importante que mais alunos tenham acesso às bolsas e auxílios da assistência estudantil para minimizar essa questão. Outro ponto que aparece como de maior dificuldade para não bolsistas é a “conciliação com outras atividades” (60,1% dos respondentes não bolsistas). Dentre os bolsistas da assistência estudantil, esse mesmo quesito aparece como de maior dificuldade, sendo que 63% dos bolsistas responderam que tem “muita dificuldade” ou “altíssima dificuldade”. Para essa questão também é proposta uma solução no capítulo 3. Quanto à conciliação com outras atividades, o número também é expressivo para os bolsistas, sendo que 62,6% dos respondentes bolsistas assinalam como muita dificuldade ou altíssima dificuldade esse quesito, assim como no caso de “conciliação com outras atividades”.

A Tabela 14 mostra as porcentagens quanto às respostas de “muita dificuldade” e “altíssima dificuldade” dos quesitos comentados por grupo de bolsistas e não bolsistas:

Tabela 14 - Maiores dificuldades dos alunos

Alunos	Financeira	Conciliação com outras atividades
Bolsistas	63,49%	63,49%
Não bolsistas	64,90%	57,50%

Fonte: dados da pesquisa

Assim, pode-se perceber que não existe muita diferença entre os grupos de bolsistas e não bolsistas nesses quesitos. Por isso, no capítulo 3 são feitas propostas para reduzir as dificuldades tanto dos discentes bolsistas quanto não bolsistas. Na questão financeira, por exemplo, os discentes bolsistas relatam que o tipo de bolsa recebida pode não atendê-lo, por isso, são propostas soluções para ambas as situações apresentadas. Apesar de ter sido colocada como uma questão central pelos discentes, a questão financeira não pode ser vista apenas como o aporte monetário da família, mas sim conjugada com outras necessidades mais complexas, derivada do comportamento do aluno e do seu ambiente familiar diante de sua realidade econômica e financeira.

Quando se compara o IRA dos alunos bolsistas e não bolsistas com a dificuldade “obtenção de desempenho satisfatório”, percebe-se que os alunos possuem grande dificuldade

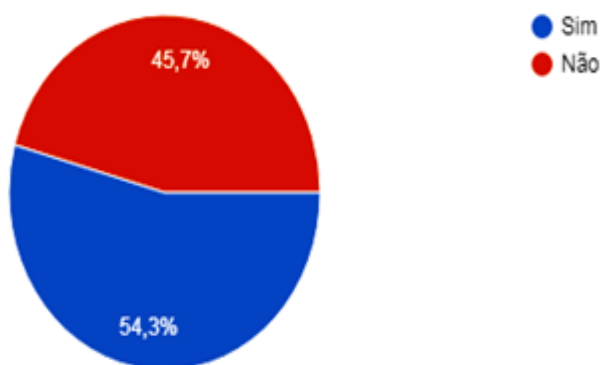
nesse quesito, independente de ser bolsista ou não da Proae. Sendo assim, 42,5% dos não bolsistas responderam “muita dificuldade” ou “altíssima dificuldade” nessa questão e 40,6% dos bolsistas tiveram a mesma resposta. Com isso, um programa de desempenho acadêmico que consiga atender as necessidades desses discentes seria interessante para minimizar essa dificuldade.

O Gráfico 7 traz a quantidade de bolsistas da Proae, o qual facilita a visualização do quantitativo de bolsistas na UFJF:

Gráfico 7 - Quantidade de bolsistas da Proae

Você é bolsista da assistência estudantil (PROAE)?

462 respostas



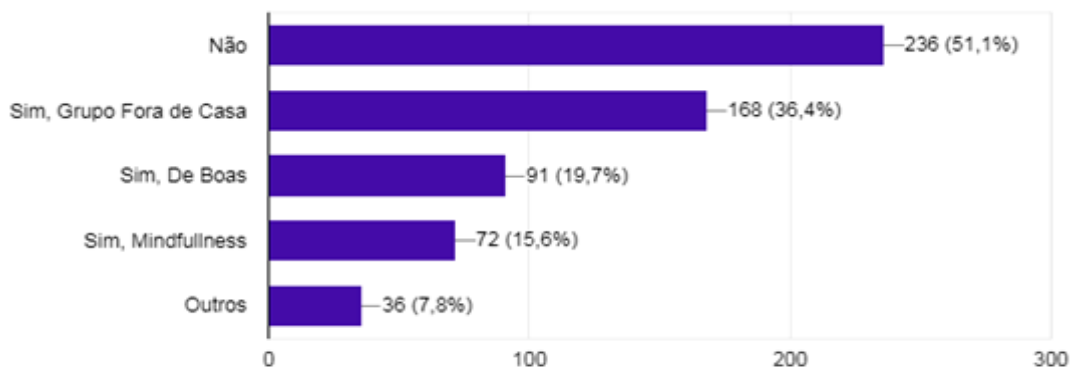
Fonte: dados da pesquisa

Essa questão foi inserida no questionário a partir do resultado dos dados do CGCO. Primeiramente, esse questionário seria aplicado somente aos bolsistas da Proae, entretanto, diante do expressivo número de alunos ingressantes pelas cotas A e B que não fazem parte do quadro de bolsistas da pró-reitoria, (990 do grupo A e 889 do grupo B), essa questão se tornou crucial para o trabalho, a fim de desvendar a razão desse fato, haja vista que todos os que comprovam renda inferior a 1,5 salários-mínimos têm direito a algum tipo de bolsa e/ou auxílio. A maioria (54,3%) dos respondentes possui algum tipo de bolsa e/ou auxílio, entretanto o número de não bolsistas ficou bem expressivo, assim, a questão do Gráfico 8 tem o propósito de revelar qual o motivo de o discente não estar a assistência estudantil. Já o Gráfico 9 trata do conhecimento sobre os programas e projetos da Proae:

Gráfico 8 - Programas e projetos da Proae

Você conhece os programas e projetos da Proae, além das bolsas?

462 respostas



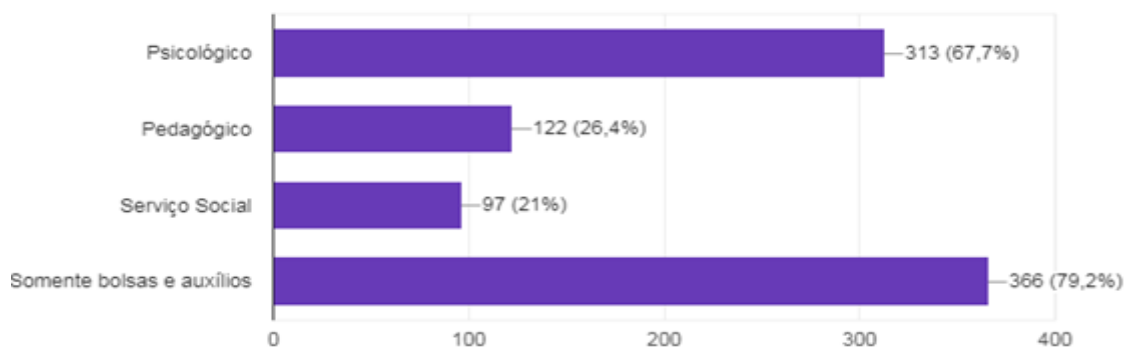
Fonte: dados da pesquisa

No Gráfico 8, percebe-se que a maioria dos respondentes não conhece os programas e projetos da Proae (51,1%). Entretanto, alguns projetos estão começando a ser conhecidos, devido a melhora na divulgação, entre esses: “Grupo Fora de Casa”, “De boas” e “Mindfulness” – que, atualmente, possuem maior número de inscritos por edição. Assim, é importante observar o progresso da participação dos estudantes, todavia, ainda necessita de melhor conscientização por parte dos discentes de como a Proae pode auxiliá-los de outras formas com a finalidade de melhorar sua vida acadêmica. Por isso, no próximo gráfico, o questionamento foi a respeito do serviço que melhor atenderia a demanda do aluno:

Gráfico 9 - Serviços da Proae

Qual o serviço da Proae você acredita que melhor lhe atenderia?

462 respostas



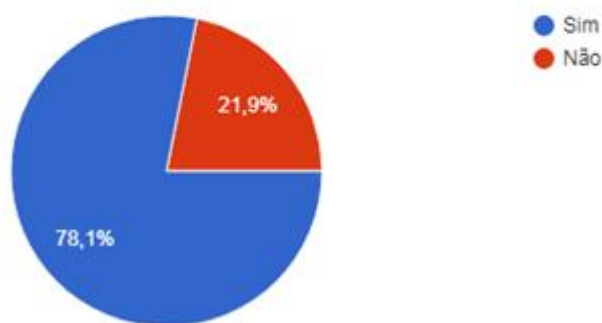
Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 9 mostra que a maioria dos discentes ainda não consegue perceber outras possibilidades de atendimento na Proae, entretanto, grande parte revelou a necessidade de atendimento psicológico (67,7%), assim como relatado nas entrevistas com os alunos, diante de quadros de ansiedade e depressão observados por eles. O serviço pedagógico aparece também como uma necessidade expressiva (26,4%), o que pode corroborar a questão do gráfico 10 sobre a participação em programa de desempenho acadêmico:

Gráfico 10 - Participação em programa de desempenho acadêmico

Gostaria de participar de algum programa ou projeto direcionado à melhoria do desempenho acadêmico?

462 respostas



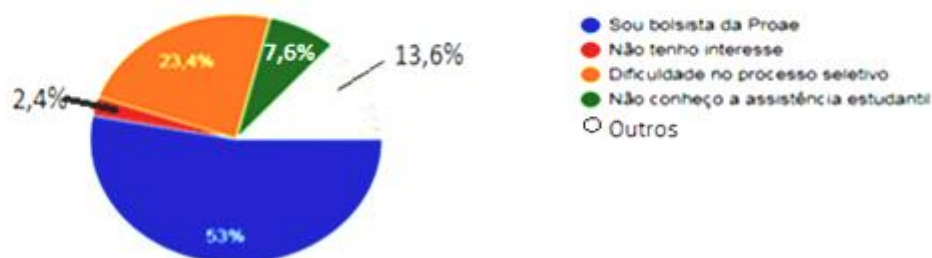
Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 10 demonstra que a maioria dos alunos (78,1%) gostaria de participar de um programa de desempenho acadêmico na Proae. Quando se compara os alunos que teriam interesse em participar de algum programa ou projeto da Proae com o serviço que melhor atenderia ao discente, 71,7% dos alunos que tem interesse nos programas acreditam que o serviço psicológico seria o de maior relevância, além disso, 29% acreditam que o serviço pedagógico também atenderia as dificuldades dos discentes. Assim, uma das propostas desta pesquisa, no plano de ação, como se verá no capítulo 3, seria a criação de um projeto que possibilite ao aluno obter um melhor desempenho durante a vida acadêmica a fim de melhorar a sua formação, com a conjugação das áreas de conhecimento. O Gráfico 11 mostra a participação dos discentes na Proae.

Gráfico 11 - Participação na Proae

Atualmente, na UFJF, todos os estudantes que possuem renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo têm direito a algum tipo de bolsa ou auxílio de assistência estudantil. Caso NÃO seja bolsista da PROAE, qual seria o motivo?

462 respostas



Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 11 revela que a maioria dos respondentes é bolsista da assistência estudantil (53%). Dos outros respondentes – os quais não são bolsistas da Proae – a maioria 49,3% respondeu que existe dificuldade no processo seletivo da Proae e, por isso, no plano de ação será proposta uma medida que amenize esse problema. Outra fatia considerável (16,1%), respondeu que não tem conhecimento da assistência estudantil, assim, também no plano de ação serão propostas medidas capazes de minimizar essa questão. Importante seria que a maioria recebesse algum tipo de apoio da assistência estudantil, por ser um direito do discente. Outros 30,1% alunos tiveram respostas diversas, pois havia um campo em que poderia descrever outras dificuldades, entretanto, a maioria tem alguma relação com as dificuldades no processo seletivo. Caso a adesão a políticas públicas não seja tão efetiva, pode ocorrer uma redução da participação governamental ou até mesmo sua extinção, ou seja, importante seria a conscientização do corpo discente acerca desse tema.

A partir dos dados observados pelo levantamento feito na Proae, as entrevistas aplicadas aos profissionais e discentes da UFJF, além dos resultados do questionário, juntamente com o embasamento teórico demonstrado, o capítulo 3 tem a finalidade de sugerir medidas capazes de reduzir os problemas de gestão apresentados nessa pesquisa de modo a aprimorar o serviço público prestado ao corpo discente com um plano de ação que abarca diversas atividades já existentes na Proae e algumas que podem ser implantadas.

3 PLANO DE AÇÃO

Conforme discutido no capítulo 1, com as modificações no sistema de ensino das universidades públicas e a implementação do sistema de cotas, a assistência estudantil se torna um importante instrumento de manutenção das políticas de cunho socioeconômico aplicadas às Ifes. Foi verificado no mesmo capítulo que a lei de cotas está sendo cumprida pela UFJF com os percentuais determinados para os grupos de acesso específicos. Além disso, é importante frisar que na Proae já existe um programa de desempenho acadêmico para os discentes que obtenham desempenho inferior ao mínimo em três semestres consecutivos, além de outros projetos relacionados à ansiedade, alunos advindos de outros locais, dentre outros projetos interessantes. Foi verificado também que, apesar de já existirem esses projetos, uma articulação entre os que já existem seria interessante para os alunos da UFJF.

Em 2016, a Proae fez um estudo sobre as necessidades dos alunos bolsistas com baixo rendimento acadêmico. Nesse levantamento, percebeu-se que os discentes ingressantes pelas cotas de renda (A e B) obtiveram menor nota dentre o total, uma das evidências que levantaram a hipótese da pesquisa. No mesmo estudo, foram relatadas as maiores dificuldades dos discentes em relação à vida acadêmica, dentre elas: financeira e de aprendizagem. Assim, como elementos críticos percebidos nessa questão, podem-se apontar: 1) a dificuldade de se estabelecer um programa de acompanhamento acadêmico dos discentes, 2) comunicação insuficiente com as coordenações de curso e 3) a dificuldade de obtenção de informações pelos estudantes.

No capítulo 2, a pesquisa trouxe eixos teóricos relacionados ao tema de pesquisa, além dos resultados das entrevistas aplicadas aos discentes e profissionais da Proae. Os discentes apontam a questão financeira como o fator de maior relevância entre as dificuldades que o ingressante por cotas pode enfrentar. Entretanto, a dificuldade de aprendizagem e a grade curricular extensa também são questões apontadas pelos alunos, pois podem dificultar a conciliação com outras atividades que tenham que desenvolver. Já na fase quantitativa, o CGCO foi consultado sobre o IRA por grupos de acesso dos alunos em 2017. Pelo resultado geral, os ingressantes por cotas A e B obtiveram notas menores que os demais grupos nessa perspectiva, entretanto, quando analisados apenas os bolsistas da Proae, a média dos ingressantes por cotas A e B se equipara aos demais. Por outro lado, quando são comparadas as notas dos cotistas não bolsistas da Proae, a média geral dos ingressantes por grupos de acesso A e B é bem abaixo das demais, especialmente quando se trata da cota A.

Diante desse cenário, foi elaborado um questionário com base nas entrevistas

aplicadas em conjugação com os resultados obtidos pelo CGCO. A maior parte (59,7%) percebe que seria importante uma especial atenção aos ingressantes dos grupos e acesso A e B. Entre as dificuldades percebidas, a financeira (corroborando o que já havia sido destacado na pesquisa) assim como a conciliação com outras atividades (também apontada como uma grande dificuldade dos discentes) foram as de maior número entre as respostas de altíssima dificuldade. Estas são algumas das questões que puderam ser levantadas com a pesquisa, por isso, no capítulo 3, serão apresentadas possíveis soluções com o objetivo de auxiliar a implantação de um projeto na assistência estudantil. O Quadro 1 mostra as principais dificuldades encontradas nessa pesquisa e as propostas de solução dos problemas.

Quadro 1 - Principais dificuldades encontradas e propostas e solução das questões

Necessidades do público-alvo	Propostas
Conhecer melhor a assistência estudantil	- Maior divulgação das ações da assistência estudantil por meio e mídias sociais, coordenações de curso e meios institucionais, para que mais alunos participem do processo seletivo e obtenham algum tipo de auxílio ou bolsa.
Aumento no número de bolsas concedidas	- Estudo aprofundado da quantidade de bolsas existentes e do valor despendido por aluno para ver a possibilidade de remanejamento dos valores pagos aos discentes. - Solicitação de aumento de verba pública da UFJF além da advinda do Pnaes para que se eleve o valor das bolsas e/ou auxílios.
Maior esclarecimento e facilitação do processo seletivo	- Necessidade de maior esclarecimento relativo ao processo seletivo da Proae, por meio de palestras ou mídias sociais. - Desburocratização do processo seletivo com implantação de um sistema que permita a análise de renda para matrícula na universidade e para a assistência estudantil.
Conciliação da vida acadêmica com outras atividades	- Possibilidade de contato da Proae com as coordenações de curso para possibilitar uma mediação entre a equipe pedagógica, psicológica e de assistência social e os coordenadores com a finalidade de se encontrar soluções que facilitem a vida acadêmica dos discentes.
Melhoria no desempenho acadêmico	- Necessidade de criação de um programa de desempenho acadêmico sistematizado para alcançar as reais necessidades dos discentes de forma preventiva, a fim de evitar evasão escolar. - Identificação das necessidades de cada área do conhecimento a fim de realizar um trabalho específico para cada grupo.
Conhecer melhor os programas e projetos da Proae	- Necessidade de maior divulgação dos programas e projetos da Proae por meio de mídias sociais, e-mail, dentre outros recursos.

Fonte: elaboração própria.

Nas próximas seções serão apresentadas, de forma detalhada, e pelo modelo 5w2h (ferramenta apropriada para solução de casos de gestão) as ações propostas como forma de auxiliar a implementação de iniciativas pela Proae.

3.1 Maior divulgação das ações da assistência estudantil

Seguindo o modelo 5w2h, o primeiro quadro detalha a primeira proposta para minimizar as deficiências da assistência estudantil. Essa ferramenta, segundo Daychoum (2016), cumpre o papel de analisar o processo organizacional. Assim, o fluxograma pode representar graficamente o processo, e, desse modo realizar as perguntas da fermenta: “What”; “Why”, “Where”, “When”, “Who”; “How”; “Howmuch”. No fluxograma proposto o formato será o retângulo, o qual são propostas ações para resolução da questão (DAYCHOUM, 2016).

Sendo assim, a primeira questão a ser analisada é a necessidade de melhor divulgação da assistência estudantil na UFJF e os possíveis caminhos para realizar uma melhor propagação da assistência estudantil para os discentes que necessitam. Essa proposta está alinhada ao elemento crítico “dificuldade de obtenção de informações pelos estudantes” haja vista que algumas ações e informações divulgadas pela assistência estudantil não conseguem atingir um grande número e alunos, pela deficiência na publicidade. O Quadro 2 traz a proposta e como poderá ser implementada:

Quadro 2 - Necessidade de melhor divulgação da assistência estudantil (continua)

O quê?	Divulgação da assistência estudantil para melhor conhecimento no ambiente acadêmico.
Por quê?	Importante se torna para os estudantes da UFJF conhecerem a assistência estudantil e entenderem como pode auxiliar em sua formação acadêmica.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Equipe da Proae, coordenações de curso e Diretoria de imagem institucional.
Como?	Maior divulgação das ações da assistência estudantil por meio e mídias sociais, coordenações de curso e meios institucionais, para que mais alunos participem do processo seletivo e obtenham algum tipo de auxílio ou bolsa.

Quadro 2 – Necessidade de melhor divulgação da assistência estudantil (conclusão)

Quanto?	<p>Como a divulgação será realizada por meio de instrumentos já existentes na universidade, poderá haver um custo com material de papelaria para divulgação, além das horas dos profissionais responsáveis pelo trabalho.</p> <p>Para o profissional TAE (técnico administrativo em educação) de nível médio serão necessárias 20 horas de trabalho semestrais para realizar essa tarefa o que totaliza R\$660,00. Para o material de papelaria, serão necessários 10.000 folders, com valor de R\$500,00. Sendo assim, o total do custo para essa proposta seria em torno de R\$1.160,00</p>
---------	---

Fonte: elaboração própria.

O Pnaes foi criado para proporcionar ao discente de baixa renda a possibilidade de ter igualdade de oportunidades em sua permanência universitária. Diante disso, é importante que todos tenham conhecimento do programa com o fim de optar se desejam obter algum benefício disponibilizado pela Proae. No questionário aplicado aos discentes ingressantes por cotas A e B (ou seja, que comprovam renda inferior a 1,5 salários-mínimos, 23,4% dos respondentes indicaram que não conhecem a assistência estudantil, além disso, um respondente não sabia que todos desse grupo teriam direito a algum auxílio.

Na UFJF, hoje, todos os que comprovam renda inferior a 1,5 salário mínimo por pessoa da família conseguem algum tipo de bolsa ou auxílio, entretanto, ainda falta divulgação necessária e realmente eficaz para atingir todo o público alvo da política. Já existe um programa que tem esse objetivo, o “Boas Vindas”, todavia necessário seria criar outros meios que permitam uma publicidade mais eficaz, como, por exemplo, a utilização do e-mail cadastrado no siga com mensagem padrão sobre o que seria a assistência estudantil e informações claras e precisas sobre o edital de participação. Esse e-mail poderia ser enviado semestralmente para os discentes ingressantes na UFJF. Essa medida parece ser eficaz para atingir o público alvo, haja vista o alto índice de respostas obtidas pelo questionário aplicado nessa pesquisa.

Além disso, as mídias sociais (como *Facebook* e *Instagram*) poderiam ser utilizadas de forma mais contundente com mensagens explicativas e vídeos interativos, os quais aproximariam a Proae do público discente. Para realização dessas ações, será necessária a utilização de material de papelaria, para confecção de *folders* que promovam a Proae, além de outros materiais de divulgação. Para isso, o custo total seria por volta de R\$500,00, se

confeccionados 10.000 *folders* para entrega aos alunos. Esse custo seria semestral, para que houvesse esse tipo de divulgação a cada nova entrada de alunos na universidade.

Além do custo da papelaria, existe o custo com os profissionais envolvidos. Para divulgação por e-mail e mídias sociais, seriam necessárias 20 horas de trabalho por semestre. Assim, o salário de um técnico e nível médio (que pode realizar essa função), gira em torno de R\$ 4.000,00, portanto, sua hora trabalhada seria por volta de R\$ 33,00, ou seja, o custo desse serviço seria em torno de R\$ 660,00. Assim, para o desenvolvimento dessa proposta, o custo seria por volta de R\$ 1.160,00 semestrais.

Essa proposta poderia gerar maior adesão do corpo discente, assim, a política se torna mais robusta e necessária, auxiliando o aluno em sua graduação. No próximo tópico a discussão será acerca da dificuldade financeira mencionada na pesquisa, ponto crucial entre as dificuldades apontadas.

3.2 Remanejamento das bolsas e auxílios

O Quadro 3 revela a segunda proposta de minimização das questões relativas à Proae mais especificamente quanto aos valores das bolsas e auxílios oferecidos pela assistência estudantil, que podem reduzir as dificuldades financeiras dos discentes. Durante a pesquisa esse elemento foi constatado nas entrevistas e no questionário, ou seja, após a construção dos elementos críticos previstos no capítulo 1. O Quadro 3 traz o mecanismo de solução dessa questão.

Quadro 3 - Remanejamento dos valores pagos aos discentes (continua)

O quê?	Remanejamento dos valores pagos aos discentes.
Por quê?	Alguns alunos revelam que as bolsas/auxílios não atendem suas necessidades.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2020.
Quem?	Administrador e estatístico da UFJF.
Como?	Realizar um levantamento das bolsas e auxílios e analisar a viabilidade de remanejar os valores das bolsas para os discentes serem melhor atendidos.

Quadro 3 - Remanejamento dos valores pagos aos discentes (conclusão)

Quanto?	Haverá o custo do tempo de trabalho dos funcionários responsáveis (técnicos-administrativos) pela adequação das bolsas ou auxílios. Para o profissional TAE de nível superior serão necessárias 30 horas de trabalho de cada profissional para realizar essa tarefa o que totaliza R\$1.590,00.
---------	---

Fonte: elaboração própria.

Os alunos advindos por cotas de renda possuem, normalmente, maior dificuldade financeira quando comparado aos demais. A Proae disponibiliza alguns tipos de bolsas e auxílios como já mencionado anteriormente sendo que para cada concessão é feita uma análise socioeconômica do discente. Após a análise, o aluno é contemplado com um ou mais tipos de bolsa e/ou auxílios, entretanto, nem sempre o que o discente consegue na Proae abrange totalmente ou parcialmente suas dificuldades. Por exemplo: o discente é contemplado com o auxílio alimentação, mas não almoça no restaurante universitário. Por isso, seria importante um estudo detalhado da verba disponível para o programa e a quantidade de discentes que necessitam de apoio. Assim, poderia haver um remanejamento das bolsas e auxílios para que possibilite atender o maior número de alunos possível, dentro de suas necessidades. Já existe um movimento nesse sentido, todavia ainda não concretizado.

Para realizar esse levantamento, seria necessário que o administrador da Proae, juntamente com um estatístico, fizessem esse estudo. Assim, o salário médio de um administrador é R\$7.000,00, assim como do estatístico, pois ambos são técnicos administrativos de nível superior. Para realizar esse levantamento, seria necessário por volta de 30 horas de trabalho de ambos. A hora trabalhada de cada servidor fica em torno de R\$ 53,00(R\$7.000,00 dividido por 120 horas); assim, o custo total seria de R\$1.590,00. Para implantar esse novo modelo de bolsas e auxílios, seria necessária a aprovação de nova resolução, por isso, a possibilidade de implantação seria em 2020.

Na seção a seguir, o Quadro 4 a ser apresentado mostra outra possibilidade de reduzir as dificuldades dos alunos que necessitam de bolsas e/ou auxílios da Proae.

3.3 Possibilidade de aumento de verba pela UFJF

O Quadro 4 mostra mais uma proposta para reduzir as deficiências financeiras dos alunos da UFJF. Para isso, seria importante que a universidade complementasse a verba advinda do Pnaes. Assim como a proposta do item 3.2, essa questão foi identificada após a identificação dos primeiros elementos críticos do caso, nas entrevistas e questionário aplicado aos discentes:

Quadro 4 - Complementação da verba do Pnaes pela UFJF

O quê?	Possibilidade de complementação da verba do Pnaes pela UFJF.
Por quê?	A verba advinda do Pnaes se mostra, muitas vezes, insuficiente para atender as necessidades dos alunos bolsistas.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2020.
Quem?	Administração superior da UFJF, comissão para verificação dos custos, técnicos administrativos.
Como?	Realização de um levantamento que consiga verificar as reais necessidades financeiras dos alunos e solicitação de complemento de verba pela administração superior da UFJF.
Quanto?	Para essa ação seriam necessárias horas de três funcionários (técnicos administrativos de nível superior). Para cada profissional TAE seriam necessárias 30 horas de trabalho de cada servidor para essa tarefa, o que totaliza R\$1.590,00. Além disso, para o aumento das bolsas dos alunos, a universidade teria que arcar um valor por volta de R\$564.573,00 mensais.

Fonte: elaboração própria.

Outra questão que poderia ser abordada é a possibilidade de a verba do Pnaes ser complementada com recursos da UFJF. Diante do cenário político e econômico do país, essa alternativa não parece ser muito promissora, entretanto, já houve momentos em que a universidade complementou a verba do programa e foi possível abarcar um maior número de discentes com auxílio financeiro. Para tanto, necessária seria uma articulação com o movimento estudantil para entender as necessidades dos estudantes e requerer essa possibilidade junto à alta administração da universidade.

Conforme mencionado na pesquisa, todos os alunos que comprovem renda inferior a 1,5 salários-mínimos recebem algum tipo de bolsa ou auxílio da assistência estudantil. Entretanto, alguns auxílios concedidos não abrangem a necessidade do discente devido ao volume de alunos que solicitam apoio. Nesse cenário, a verba disponível já não é suficiente para atender os que já estão no programa. Caso os demais alunos que tem direito e não solicitaram entrem com o pedido, o valor disponível não será suficiente para todos, lembrando que os que não são bolsistas são, hoje, 990 do grupo A e 849 do grupo B, conforme tabela 11. A bolsa de maior valor disponível na Proae é a Pnaes, no valor de R\$400,00, após essa é a moradia no valor de R\$ 340,00, seguida do auxílio creche R\$321,00 e transporte, por volta de R\$170,00. Nesse caso, fazendo uma média entre as bolsas, ficaria R\$ 307,00 por aluno. Assim, para que todos recebessem alguma bolsa, a complementação de verba seria por volta de R\$ 564.573,00 mensais.

Ainda, para verificar com embasamento os custos dessa ação, seria necessário o trabalho de três técnicos administrativos de nível superior, com salário médio de R\$ 7.000,00 por 30 horas, ou seja, o custo seria em torno de R\$1.590,00.

Outra questão de destaque demonstrada na pesquisa foi a dificuldade encontrada pelos alunos para participar do processo seletivo da Proae (tema da próxima seção).

3.4 Esclarecimento sobre o processo seletivo

O Quadro 5 demonstra uma possibilidade para solução de uma das principais dificuldades demonstradas pelos alunos no questionário aplicado a eles: a dificuldade no processo seletivo da Proae. Essa proposta está alinhada com o elemento crítico “dificuldade de obtenção de informações pelos estudantes”, ou seja, a Proae ainda não é um setor tão conhecido pelo seu público alvo, pois as informações, muitas vezes, não chegam ao discente, ou eles não compreendem de forma clara:

Quadro 5 - Maior esclarecimento do processo seletivo

O quê?	Necessidade de maior esclarecimento relativo ao processo seletivo da Proae por meio de palestras ou mídias sociais.
Por quê?	Muitas vezes, os discentes que necessitam dos auxílios não têm conhecimento necessário para participar do processo seletivo da Proae.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Equipe da Proae e Diretoria de imagem institucional.
Como?	Realizar a divulgação do processo da Proae por meio de e-mail, vídeos interativos e encontros presenciais.
Quanto?	Para essa ação será necessária a utilização de dois técnicos administrativos da Proae de nível superior e um TAE de nível médio da imagem institucional. Seriam 35 horas de trabalho semestrais de cada profissional da Proae, totalizando R\$3.710,00, além de 20 horas de trabalho de um TAE de nível médio, totalizando R\$666,00. Portanto, seria necessário um investimento em torno de R\$4.376,00.

Fonte: elaboração própria.

No questionário aplicado aos discentes dos grupos A e B, 47% dos respondentes afirmam não ser bolsistas da assistência estudantil mesmo pertencendo ao público alvo do programa. Desses, 23,4% afirmam que existe uma dificuldade no processo seletivo da Proae, ou seja, a maioria dos que não possuem bolsa ou auxílio acreditam que a seleção da assistência estudantil é dificultosa e burocrática. Uma possibilidade de solução dessa questão seria um maior esclarecimento do processo seletivo pelas assistentes sociais juntamente com a equipe da Proae de uma forma mais objetiva e clara a qual pode ser realizada tanto por meio de encontros presenciais com os discentes quanto por meio de vídeos interativos divulgados nas mídias sociais como o *Facebook* e *Instagram*.

Para realizar tal tarefa, seria necessário que os assistentes sociais realizassem encontros com os alunos somente para esclarecer o processo seletivo, de modo fácil e compreensível. O profissional do serviço social (técnico administrativo de nível superior), recebe em torno de R\$ 7.000,00. Para realizar esse trabalho seriam necessárias 35 horas semestrais de dois profissionais. Assim, como cada hora fica em R\$53,00 o valor total do trabalho seria R\$ 3.710,00.

Além do trabalho do assistente social, as mídias sociais podem ser de fácil compreensão para o aluno, assim, o profissional da imagem institucional poderia desempenhar a função de desenvolver esse vídeo explicativo e propagá-lo. Nesse caso, o valor do trabalho seria o salário do técnico de nível médio, por volta de R\$ 4.000,00, dividido por 20 horas de trabalho, o que daria R\$ 666,00 de custo. Portanto, para realizar essa proposta, o custo total seria em torno de R\$4.376,00.

Na seção a seguir, o Quadro 6 demonstra outra possibilidade para resolução dessa dificuldade demonstrada pelos alunos que prejudica a participação no processo seletivo.

3.5 Implantação de sistema integrado de análise socioeconômica

Conforme já explicitado anteriormente, para os alunos, o processo seletivo da Proae é muito burocrático e dificultoso, assim, outra proposta para melhorar os procedimentos seria a união da análise da matrícula com a da assistência estudantil. Essa proposta está alinhada ao elemento crítico: “dificuldade de obtenção de informações pelos estudantes” tendo em vista que o aluno, além de demonstrar o inconveniente para participar do processo seletivo, relata que tem dificuldade de obter informações sobre o setor. O quadro 6 mostra como isso poderia ser feito, com as explicações a seguir:

Quadro 6 - Desburocratização do processo seletivo da Proae (continua)

O quê?	Desburocratização do processo seletivo da Proae para com a implantação de um sistema integrado de análise socioeconômica.
Por quê?	Os alunos estão com dificuldade de entendimento do processo seletivo da assistência estudantil, e, assim, alguns não estão participando, apesar da necessidade.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Equipe da Proae e CDARA.
Como?	Implantação de um sistema que permita a análise de renda para matrícula na universidade e que analise os documentos da assistência estudantil, otimizando os processos pelos quais os alunos devem passar.

Quadro 6 - Desburocratização do processo seletivo da Proae (conclusão)

Quanto?	Haverá custo com pessoal TAE de nível superior. Para realizar essa tarefa seriam necessários 10 assistentes sociais trabalhando 60 horas por semestre. Assim, o custo ficaria em torno de R\$35.000,00 semestrais.
---------	--

Fonte: elaboração própria.

Os processos de matrícula para as cotas de renda – o qual também necessita de análise socioeconômica – e o da assistência estudantil – que utiliza documentação similar à da matrícula – poderiam ocorrer por meio da mesma seleção a fim de desburocratizar e facilitar o acesso para os discentes advindos dos grupos A e B. Os discentes desses grupos devem comprovar sua situação por meio de documentos físicos no ato da matrícula. Tais documentos, com a complementação necessária para a assistência estudantil, já poderiam trazer o resultado da matrícula e também para o recebimento de bolsa ou auxílio. Assim, caso fosse possível a junção dos processos seletivos, isso facilitaria a participação dos alunos que já têm que reunir uma grande quantidade de documentos para a matrícula e ainda otimizaria o processo seletivo da assistência estudantil – o qual demanda muito empenho dos assistentes sociais. Para isso, seria necessária uma conjugação de setores da universidade (Proae e CDARA).

Nesse caso, os assistentes sociais da Proae e do CDARA poderiam formar uma comissão de análise socioeconômica semestral de modo a atender os alunos que ingressam em cada período do ano. Para essa comissão seriam necessários 10 assistentes sociais os quais tem salário por volta de R\$ 7.000,00 e esse serviço demandaria 60 horas semestrais. Assim, para realização dessa proposta, o valor ficaria em R\$3.500,00 por assistente social, sendo que o total ficaria em R\$35.000,00 semestrais.

A seção seguinte irá tratar de outra das grandes dificuldades dos discentes no ambiente acadêmico: a conciliação da vida universitária com outras atividades.

3.6 Maior contato da Proae com as coordenações de curso

O Quadro 7 apresentado a seguir demonstra uma possibilidade para solução de outra das principais dificuldades demonstradas pelos alunos no questionário aplicado para essa pesquisa. Essa proposta está alinhada ao elemento crítico: comunicação insuficiente com as coordenações de curso. Os alunos relataram dificuldade de conciliar a vida acadêmica com

outras atividades. Assim, a mediação da Proae com as coordenações de curso poderia minimizar essa questão. Nesse sentido, o Quadro 7 mostra as possibilidades de solução desse problema:

Quadro 7 - Melhora na conciliação da vida acadêmica com outras atividades

O quê?	Mediação da Proae com outros setores da universidade para reduzir as dificuldades dos alunos na resolução de suas atividades.
Por quê?	Os discentes estão relatando alta dificuldade em lidar com as atividades da vida acadêmica.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Equipe da Proae e coordenações de curso.
Como?	Possibilidade de contato da Proae com as coordenações de curso para possibilitar uma mediação entre a equipe pedagógica, psicológica e de assistência social e os coordenadores com a finalidade de se encontrar soluções que facilitem a vida acadêmica dos discentes.
Quanto?	Haverá custo com pessoal técnico-administrativo de nível superior (4 profissionais). Nesse caso, como seriam necessárias 40 horas de trabalho por semestre o custo total seriam em torno de R\$9.332,00 semestrais.

Fonte: elaboração própria.

Dentre as dificuldades relatadas pelos discentes, a conciliação de outras atividades com a vida acadêmica foi a que se destacou entre a de “muita dificuldade” e “altíssima dificuldade” para os alunos. Conforme relato nas entrevistas e o resultado do questionário, os alunos sentem necessidade de otimizar as atividades acadêmicas, as quais são muito extensas e demandam muita dedicação. Para isso, a sugestão da pesquisa seria uma mediação entre a Proae e as coordenações de curso, com a finalidade de verificar as necessidades de cada unidade acadêmica e realizar um trabalho específico para cada público alvo, pois, segundo dados do CGCO – informados na tabela 12, quando as áreas do conhecimento são analisadas em separado, o rendimento acadêmico se mostra representativo das dificuldades de cada área. Por exemplo, no caso das ciências exatas e da terra, os alunos têm o menor desempenho dentre os demais, e, quando se analisa o grupo de acesso A, tem o desempenho inferior a todos os grupos verificados. Por isso, seria interessante um trabalho específico para cada área

de conhecimento e, se possível, por grupo de acesso, em conjunto com as coordenações de curso a fim de otimizar as grades curriculares dos cursos de graduação.

Para realizar essa proposta, será necessário o trabalho dos 2 psicólogos e 2 pedagogos da Proae para se discutir as questões, semestralmente. Cada profissional técnico de nível superior recebe um salário em torno de R\$ 7.000,00 e seriam necessárias 40 horas de trabalho semestrais, para atender cada unidade acadêmica em separado. Assim, o valor gasto por cada profissional é R\$2.333,00, portanto, o valor total seria em torno de R\$ 9.332,00 para os quatro profissionais realizarem o trabalho.

Muitas vezes, as dificuldades de conciliação das atividades podem afetar o desenvolvimento acadêmico do aluno, por isso, na próxima seção será discutida uma possível proposta nesse sentido.

3.7 Implantação de novo programa de desempenho acadêmico

No Quadro 8, é possível notar mais uma questão relevante quanto às deficiências reveladas pela Proae, sendo essa uma questão central na pesquisa – um programa de desempenho acadêmico que atenda às necessidades dos alunos da UFJF. Essa proposta está alinhada ao elemento crítico: “dificuldade de se estabelecer um programa de acompanhamento acadêmico dos discentes”. O Quadro 8 revela as possibilidades de solucionar essa questão:

Quadro 8 - Implantação de um novo programa de desempenho acadêmico pela Proae (continua)

O quê?	Implantação um novo programa de melhoria de desempenho acadêmico pela Proae.
Por quê?	O discente tem a necessidade e obter um bom desempenho para que possa concluir a graduação com qualidade.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Equipe a Proae e coordenações de curso.
Como?	Possibilidade de criação de um programa de melhoria de desempenho acadêmico sistematizado e por área de conhecimento para alcançar as reais necessidades dos discentes de forma preventiva, a fim de evitar evasão escolar.

Quadro 8 - Implantação de um novo programa de desempenho acadêmico pela Proae (conclusão)

Quanto?	Haverá custo com pessoal técnico-administrativo de nível superior (2 profissionais) com 30 horas de trabalho por semestre. Por isso, o custo ficaria em torno de R\$3.500,00 semestrais. Para o material de papelaria o custo total seria em torno de R\$100,00, ou seja, o valor total seria por volta de R\$3.600,00 semestrais.
---------	--

Fonte: elaboração própria.

No questionário aplicado aos alunos, parte substancial dos alunos relataram “muita dificuldade” de obter um bom rendimento acadêmico em sua graduação. Como já especificado no capítulo 1, na Proae já existe um programa de desempenho acadêmico para os alunos que são bolsistas de assistência estudantil. Entretanto, esse programa tem como público-alvo somente discentes auxiliados pela Proae e que estão com desempenho acadêmico inferior ao necessário na graduação. Esse levantamento, realizado semestralmente, pode levar à exclusão do discente da bolsa ou auxílio que recebe. Por isso, o que se propõe seria a criação de um programa de desempenho acadêmico que alcance as reais necessidades dos discentes de forma preventiva, em conjunto com as coordenações de curso e os setores de psicologia, pedagogia e assistência social, a fim de evitar a evasão escolar e mudança de curso. Para isso, seria necessário identificar as dificuldades de cada área e realizar um trabalho específico para cada grupo de alunos.

Pelos dados obtidos por meio de levantamento do CGCO, os discentes não assistidos pela Proae têm IRA inferior quando comparado aos bolsistas. Por isso, seria importante estender o programa de acompanhamento a todos os discentes interessados, especialmente os advindos dos grupos A e B. Ainda no questionário aplicado aos discentes, quando indagados sobre o interesse em participar de um programa direcionado à melhoria do desempenho acadêmico, 78,1% responderam que gostariam.

Para realizar essa proposta, seria necessária uma comissão com um pedagogo e um psicólogo para desenvolver um projeto que atenda as necessidades dos alunos. Cada profissional dessas duas áreas recebem por volta de R\$7.000,00. A implantação dessa proposta demandaria 30 horas de trabalho semestrais, para atender cada período que se inicia na UFJF. Assim, o valor desse trabalho seria em torno de R\$1.750,00 por profissional, assim, o total seria R\$3.500,00. Além disso, seria necessário material de papelaria, como folhas A4 e

canetas. O custo referente a esse material já com impressão seria em torno de R\$70,00, além das canetas que ficariam por volta de R\$ 30,00. Assim o custo total dessa proposta seria em torno de R\$3.600,00.

Dentre as ações já existentes na Proae, os programas e projetos aparecem como importantes mecanismos para solução de problemas acadêmicos, entretanto, grande parte dos alunos não conhecem as ações já existentes.

3.8 Aprimoramento da divulgação dos programas e projetos da Proae

O Quadro 9 revela uma das soluções que podem aperfeiçoar a divulgação de ações importantes que estão sendo feitas pela assistência estudantil e que podem auxiliar na questão da melhoria na qualidade de vida acadêmica dos discentes. Essa proposta de ação está alinhada aos seguintes elementos críticos: “dificuldade de se estabelecer um programa de acompanhamento acadêmico dos discentes” e “dificuldade de obtenção de informações pelos estudantes”. Os programas e projetos da Proae contribuem muito para a vida dos discentes, por isso podem também impactar o rendimento acadêmico deles, além disso essa proposta está também relacionada ao relato de dificuldade para obter informações da Proae. Assim, o Quadro 9 traz os mecanismos para aprimorar essa questão.

Quadro 9 - Aprimorar a divulgação dos programas e projetos da Proae

O quê?	Melhorar a divulgação dos programas e projetos da Proae.
Por quê?	Nem todos os alunos conhecem os programas e projetos da Proae, os quais podem atender necessidades psicológicas, pedagógicas e de assistência social.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Equipe da Proae e Diretoria de imagem institucional.
Como?	Necessidade de maior divulgação dos programas e projetos da Proae por meio de mídias sociais, e-mail, e presencialmente, para melhor conhecimento dos discentes.
Quanto?	Haverá custo de pessoal técnico-administrativo de nível médio (1) e de nível superior (2). Para o trabalho do TAE de nível médio seriam necessárias 15 horas de trabalho semestrais, com custo em torno de R\$495,00 semestrais. Além disso, seriam necessárias 20 horas de trabalho de cada profissional, com custo por volta de R\$2.333,00 por semestre. Ou seja, o custo total dessa ação seria em torno de R\$2.828,00 semestrais.

Fonte: elaboração própria.

A Proae disponibiliza alguns programas e projetos que auxiliam os alunos na permanência e conclusão do curso superior com maior qualidade. Todavia, a maioria dos respondentes do questionário relatou que não conhece os programas e projetos da Proae, sendo esses, 51,1%. Alguns grupos como o “Fora de Casa”, “De boas” e “Mindfulness” são mais conhecidos pelos alunos devido, em grande parte, pela melhor divulgação dessas ações iniciadas esse ano.

Nesse caso, as iniciativas de melhorar a divulgação já foram iniciadas pela Proae, por isso, importante seria fortalecer essa propagação das ações realizadas por meio de mídias sociais como Facebook e Instagram além de e-mail enviado para todos os alunos sempre que iniciado um novo projeto ou programa.

Além disso, seria interessante um acompanhamento semestral desses alunos, por meio de questionário enviado por e-mail, para visualizar os resultados das ações da Proae na vida acadêmica desses estudantes de forma a também realizar o *accountability* da política pública.

Para essas ações seria necessário um técnico de nível médio da Diretoria de Imagem institucional, para enviar os e-mails para todos os discentes da universidade, semestralmente. Além disso, realizar a divulgação via Facebook e Instagram. O custo desse profissional seria por volta de R\$495,00, pois demandaria em torno de 15 horas de trabalho semestrais, sendo que o salário médio do profissional de nível médio é R\$4.000,00.

Ademais, para o acompanhamento semestral dos resultados dos programas e projetos, seria necessária a elaboração de um questionário por parte do pessoal técnico de nível superior, o que demandaria dois profissionais (um da psicologia e um da pedagogia) para confeccioná-lo. Assim, o custo dos dois técnicos ficaria em torno de R\$ 1.166,00 por profissional, totalizando R\$2.333,00. Nesse caso, demandaria por volta de 20 horas de trabalho, sendo que o salário fica em torno de R\$7.000,00. Ou seja, o custo total dessa ação ficaria em torno de R\$ 2.828,00.

Essas são algumas das medidas propostas com a finalidade de aprimorar a prestação de serviços da Proae na UFJF, com o objetivo de beneficiar os discentes da UFJF em sua vida acadêmica. Além dessas possibilidades, pode haver outras a ser consideradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explicitado na pesquisa, o Pnaes foi criado para possibilitar uma melhor qualidade de permanência do discente nas Ifes. Assim, proporcionar aos alunos a maior quantidade de ações possível, em todos os campos, quais sejam, psicológico, pedagógico, financeiro e de assistência social, confirma a relevância da política nas universidades públicas.

Diante dos dados do CGCO observou-se que o IRA dos alunos não bolsistas é bem menor quando comparado aos bolsistas. Para isso, o questionário foi aplicado a todos os discentes que ingressaram pelas cotas A e B e o resultado foi interessante, na medida em que mostrou outras deficiências importantes, tais como, o desconhecimento da assistência estudantil por parte do público alvo e o relato de dificuldade no processo seletivo.

São muitas as necessidades do público em estudo, de ordem financeira, acadêmica dentre outras. Os discentes relatam certa dificuldade na vida acadêmica em geral, tanto em relação às matérias cursadas quanto na conciliação da universidade com outras atividades cotidianas.

Além disso, foram observadas maiores dificuldades do público não bolsista da Proae quando feito um comparativo de IRA entre os bolsistas e não bolsistas. Os maiores entraves encontrados além da questão financeira é a obtenção de desempenho satisfatório especialmente na área de ciências exatas e da terra. Observa-se também que o grupo A obteve desempenho inferior em todas as áreas de conhecimento.

Ademais, observou-se que tanto o grupo de alunos bolsistas quanto não bolsistas não compreendem bem as atividades desempenhadas pela Proae. Os alunos, normalmente, conhecem apenas o programa de bolsas e auxílios do setor. Sendo assim, não tem opinião formada sobre os programas e projetos da Proae. Entretanto, a maioria demonstra interesse em conhecer os serviços disponíveis, especialmente no campo psicológico e pedagógico, os quais podem auxiliá-los em sua vida acadêmica.

Por isso, no capítulo 3, foram propostas ações voltadas a minimizar as lacunas encontradas, a exemplo da ampliação da divulgação da assistência estudantil por outras formas como *e-mail* e mídias sociais, além propor a junção do processo seletivo de matrícula com o da Proae, de forma a facilitar a obtenção dos benefícios pelo discente ingressante pelas cotas A e B. Assim, visando aprimorar a vida acadêmica desse público, foram propostas algumas ideias que englobam desde a maior adesão na assistência estudantil, haja vista esse ser o maior público alvo, até a criação de programas e projetos visando elevar o desempenho acadêmico destes.

Devido ao tempo disponível para realização da pesquisa, o foco do trabalho foi somente no *campus* de Juiz de Fora, entretanto, sugere-se que novos estudos sejam realizados primeiramente no *campus* de Governador Valadares a fim de avaliar as necessidades específicas de outra localidade e população. Além disso, essa pesquisa poderia ser aplicada em outras universidades e institutos federais, pois cada *campus* tem uma demanda específica. Outra sugestão dada por essa pesquisa seria o comparativo entre as dificuldades dos discentes ingressantes pela ampla concorrência e os ingressantes por cotas a fim de obter uma percepção mais ampla sobre o contexto universitário atual.

Além da limitação temporal, o levantamento feito na Proae com os estudantes foi em 2016, não tendo sido feito outro levantamento mais recente, o que seria importante para esse estudo. Além disso, o levantamento do IRA foi de 2017, para não haver distorções de notas dos alunos, entretanto, seria importante um estudo mais recente desses dados. Outra limitação a ser levantada é que, apesar de ter recebido grande número de respondentes, pode ter havido alguma distorção nos resultados do questionário, pelo fato da adesão ter sido por volta de 30% dos discentes ingressantes pelas cotas A e B. Assim, não foi possível obter a opinião dos demais alunos pertencentes a esses grupos.

Importante mencionar que esta dissertação agregou muito conhecimento na vida profissional da pesquisadora no momento em que houve uma maior percepção do funcionamento das políticas de cotas e assistência estudantil na UFJF além da verificação de diversas possibilidades de solução de lacunas existentes no setor. Assim, os recursos já disponíveis serão fundamentais para as medidas propostas além de novas atuações da Proae nas áreas psicológica, pedagógica e assistência social.

Por fim, são muitas as possibilidades de atuação da Proae como promotora de ações que facilitem a vida acadêmica. Já existem muitos projetos e programas interessantes que estão começando a mostrar resultados importantes para os alunos da UFJF, todavia, sempre existe a possibilidade de aprimoramento da política pública para melhor atender os acadêmicos em sua graduação.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. esp., 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122007000700005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2018.

AFONSO LOURENÇO, Abílio; ALMEIDA DE PAIVA, Maria Olímpia. A motivação escolar e o processo de aprendizagem. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, p. 132-141, 2010.

ALCARÁ, Adriana Rosecler; GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini. A instrumentalidade como uma estratégia motivacional. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 11, n. 1, p. 177-178, 2007.

ALMEIDA, Rogério Lucio. O gigante Negro. **Boletim Informativo**, n. 1418, ano 29, nov. 2003. Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1418/segunda.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

AMARAL, Cláudia Letícia de Castro do; FERREIRA, Liliana Soares. Políticas educacionais no contexto da globalização do capital: da política às políticas de gestão. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, v. 4, n. 4, 2014.

AMES, C. (1992). Classrooms: Goals, structures, and student motivational. **Journal of Educational Psychology**, 84, 261-271.

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. 232f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) _ Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ASSIS, Anna Carolina Lili de *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, 2013.

BAKER, Christina N. Under-represented college students and extracurricular involvement: The effects of various student organizations on academic performance. **Social Psychology of Education**, v. 11, n. 3, p. 273-298, 2008.

BARDAGI, Marúcia Patta; HUTZ, Claudio Simon. Satisfação de vida, comprometimento com a carreira e exploração vocacional em estudantes universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 159-170, abr. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672010000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2018.

BELLINTANI, Leila Pinheiro. **“Ação Afirmativa” e os Princípios do Direito: a questão das**

cotas raciais para Ingresso no Ensino Superior no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2006.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar em revista**, n. 28, p. 141-159, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **A evolução constitucional do Brasil. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n.40, p. 155-176, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142000000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 nov. 2017.

BORUCHOVITCH, E. **A motivação do aluno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRANDÃO, André Augusto; MARINS, Mani Tebet A. de. **Nos labirintos da política de cotas para negros no ensino superior**. 2005.

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei 3627/2004. Institui sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 abr. 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254614>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso

em: 24 jul. 2017.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Superior**: entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e expansão das Universidades Federais**. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81. Acesso em: 18 jul. 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto. “We have a dream”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, 2012.

CARDOSO, Luzia Rodrigues; BZUNECK, José Aloyseo. Motivação no ensino superior: metas de realização e estratégias de aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 8, n. 2, p. 145-155, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

CASTRO, Sabrina Olimpio Caldas de *et al.* A política de cotas sociais para o acesso ao ensino superior: o caso das universidades federais mineiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 10, n. 1, 2017.

DAYCHOUM, Merhi. **40+ 20 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

DAZZANI, Maria Virgínia; FARIA, Marcelo. Família, escola e desempenho acadêmico. **Avaliação Educacional: desatando e reatando nó**, v. 1, p. 249-264, 2009.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. **São Paulo**: Atlas, p. 1-15, 2012.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis and SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares**: a disputa de concepções. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2017, vol.25, n.94, pp.148-181. ISSN 0104-4036. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Org: ANDIFES; UFU; PROEX, 2012.

FREITAS, Henrique *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da USP**

– **RAUSP**, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

GARRIDO, Isaac. (1990). Motivacion, emocion y accion educativa. En: MAYOR, Luis Martínez; TORTOSA, F. (Eds.). **Âmbitos de aplicacion de la psicologia motivacional**. Bilbao: Desclee de Brower, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Eustáquio. **País tem história universitária tardia**. 2002. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html. Acesso em: 22 nov. 2017.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-58.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>. Acesso em: 15 out. 2017.

HERINGER, Rosana. Panorama das ações afirmativas no Brasil a partir de 2001. In: FERES JÚNIOR, JOÃO (org.). **Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: EdUnB, 2006.

HÖFLING, Eloisa de. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIS 2012: acesso de jovens pretos e pardos à universidade triplicou em dez anos**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2268&t=sis-2012-acesso-jovens-pretos-pardos-universidade-triplicou-dez-anos&view=noticia> Acesso em: 10 set 2018

LEAL Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José Miranda¹; CARMO, Carlos Roberto Souza. Teoria da autodeterminação: uma análise da motivação dos estudantes do curso de ciências contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 24, n. 62, p. 162-173, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v24n62/07.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

LE GRAND, J. **Equity and choice: an essay in economics and applied philosophy**. New York, NY, USA: Harper Collins Academic, c1991.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOURENÇO, Abílio Afonso; PAIVA, Maria Olímpia Almeida de. Motivação escolar e o processo de aprendizagem. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, p. 132-141, 2010. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/>. Acesso em: 02 nov. 2017.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horizontes antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 181-214, 2005.

MALACARNE, Vilmar. **Assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul: do assistencialismo a cidadania**. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

MARTINI, Mirella Lopez. Promovendo a motivação do aluno: contribuições da teoria da atribuição de causalidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 479-480, 2008.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991.

MINAYO, Maria Cecília Souza; SANCHES, Odecio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep. 1993.

MOTTA Ivan Dias da; LOPES, Mariane Helena. O sistema de cotas sociais para ingresso na universidade pública. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, n. 11, p. 6823-6857, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil** – Um ponto de vista em defesa de cotas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano II, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

NASCIMENTO, Paulo. Augusto Meyer Mattos. Recursos destinados a educação e desempenho escolar: uma revisão na literatura econômica internacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 18, n. 36, p. 115-137, jan./abr. 2007.

OLAÍK, L. G.; MEDEIROS, J. J. Instrumentos Governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 45, pp. 1943-67, nov./dez. 2011.

OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; SANTOS, Anelise Schaurich; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de Estudantes Universitários sobre a Realização de Atividades Extracurriculares na Graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 864-876, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n4/1982-3703-pcp-36-4-0864.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arroza. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre, 2002. p. 24-38.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 65-76, jan./abr. 2009.

OLSEN, Wendy. **Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. São Paulo: Penso Editora, 2015.

PAIVA, Maria Olímpia Almeida. **Abordagens à aprendizagem e abordagens ao ensino: uma aproximação à dinâmica do aprender no secundário**. 2008. 255f. Tese (Doutorado em Educação) _ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008.

PEREIRA, Marcos Emanuel; SILVA, Joice Ferreira da. **Ameaça dos estereótipos no desempenho intelectual de estudantes universitários cotistas: avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

PINTO, Caroline Casagrande *et al.* **A Política de Assistência Estudantil no Brasil: O Caso da Universidade Federal de Juiz De Fora**. Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU: Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, 15, 2015, Mar del Plata – Argentina. **Anais ...** Universidad de La Plata: Mar del Plata, 2015.

PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves; BELO, Amanda Silva; PAIVA, Waldirene Aparecida Paula. Os desafios da assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior no Brasil. In: SEMINARIO LATINO AMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20, 2012, Cordoba. **Anais ...** Universidad de La Plata: Cordoba, 2012. p. 1-13.

PIOVESAN, Flávia *et al.* Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1997.

RAWS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pissetta e Lenita MR Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REVISTA REDE BRASIL ATUAL. **Quase 60% das famílias têm renda per capita de até um salário-mínimo**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/12/quase-60-das-familias-tem-renda-per-capita-de-ate-um-salario-minimo-3287.html>. Acesso em: 17 set. 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n° 3524, de 28 de Dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 29 jan. 2000. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90839/lei-3524-00>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Avaliação de programas de assistência estudantil. **Revista História, Movimento e Reflexão**, v. 1, n. 1, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SHAUGHNESSY, John J; ZECHMEISTER, Eugene B; ZECHMEISTER, Jeanne S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. 9. ed. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contextos racializados:

algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 55-80. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/catalogo-dinamico/titulosavulsos/2003/acoesafirmativas.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SIQUEIRA, Luciana Gurgel Guida; WECHSLER, Solange Muglia. Motivação para a aprendizagem escolar: possibilidades de medida. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 21-3, jun. 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Celia Marcondes de; EVAGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: com a palavra, os estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 86, 2015.

SOUZA, Lanara G. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (Orgs.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 17-29.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Agências, contratos e oscips: a experiência pública brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

TAVARES, Daniela Marques. **Adaptação ao ensino superior e otimismo em estudantes do 1o ano**. 2012. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) _ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional De Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, 2010.

VIEIRA DA COSTA, Andréa Lopes. **Ação Afirmativa e o Combate as Desigualdades Raciais no Brasil: Em busca do Caminho das Pedras**. Tese (Doutorado em Sociologia) _ Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Cotas**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.alunoestrangeiro.unb.br/br/formas-de-ingresso/20-portugues/formastradicionais-de-ingresso/83-cotas>. Acesso em: 27 nov. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Vestibular indígena. **Comunicado nº 1, de 5 de julho de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_18_1_2_INDIGENA/arquivos/ED_1_2017_VESTUNB_18_1_2_INDIGENA_ABT.PDF. Acesso em: 27 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Pesquisa demonstra alto**

rendimento entre alunos cotistas. Juiz de Fora, 2017a . Disponível em: <http://www.ufjf.br/noticias/2017/12/19/pesquisa-sobre-politica-de-cotas-demonstra-alto-rendimento-entre-alunos-cotistas/>. Acesso em: 29 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Sisu 2017:** entenda como funciona o sistema de cotas na UFJF. Juiz de Fora, 2017b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/noticias/2017/01/24/sisu-2017-saiba-como-funciona-o-sistema-de-cotas-na-ufjf/>. Acesso em: 04 out. 2017.

ZAPPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241, 2015.

ZONINSEIN, Jonas; FERES JÚNIOR, João. Ação Afirmativa e Desenvolvimento. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). **Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: EdUnB, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os profissionais e discentes bolsistas da Proae

Roteiro de entrevista para os profissionais da Proae

(Pesquisador explica a diferença entre os grupos de acesso na Ufjf)

- 1) O que você acha sobre as cotas naUfjf?
- 2) Você acredita que pode existir alguma diferença de desempenho acadêmico entreos discentes que ingressaram pelas cotas de renda (A eB)?
- 3) Você acha que a assistência estudantil tem algum atendimento diferenciado paraos ingressantes pelas cotas A eB?
- 4) Existe algum tipo de acompanhamento acadêmico naProae?
- 5) Qual sua opinião sobre os programas e projetos daProae?
- 6) Qual o motivo de atendimento mais frequente na Proae?
- 7) Você acha que seria interessante haver algum programa específico relacionado ao desempenho acadêmico dos grupos A eB?

Roteiro de entrevista dos discentes ingressantes pelos grupos A e B

- 1) Qual foi a forma de ingresso no cursoatual?
- 2) Você já utilizou algum tipo de serviço na assistência estudantil, além da ajuda financeira?Qual?
- 3) Qual sua opinião sobre os programas e projetos daProae?
- 4) Quais as suas maiores dificuldades para se manter naUfjf?
- 5) O que você acha que poderia ser feito pela assistência estudantil para melhorar seu desempenhoacadêmico?

APÊNDICE B – Roteiro do questionário aplicado aos discentes ingressantes por cotas de renda (A e B)

- 1) Você é maior de 18 anos? () Sim () Não
- 2) Foi admitido(a) na UFJF pelo sistema de cotas A ou B (advindos de escola pública e que comprovam renda inferior a 1,5 salário mínimo)? () Sim () Não
- 3) Qual grupo de acesso você ingressou no curso atual?() Cota A () Cota B
- 4) O que você acha da política de cotas como meio de acesso no ensino superior? (Resposta em texto)
- 5) Acredita que os discentes ingressantes pelas cotas A e B necessitam de algum atendimento diferenciado? () Sim () Não
- 6) Entre as dificuldades percebidas, enumere suas dificuldades em nenhuma dificuldade até altíssima dificuldade:
 - Financeira
 - Adaptação ao ambiente universitário
 - Obtenção de desempenho satisfatório
 - Conciliação com outras atividades
- 7) Você é bolsista da assistência estudantil (PROAE)? () Sim () Não
- 8) Você conhece os programas e projetos da Proae, além das bolsas? * Poderia ser marcada mais de uma opção.
 - Não
 - Sim, Grupo Fora de Casa
 - Sim, De boas
 - Sim, Mindfulness
 - Outro
- 9) Qual o serviço da Proae você acredita que melhor lhe atenderia? * Poderia ser marcada mais de uma opção.
 - Psicológico
 - Pedagógico
 - Serviço social
 - Somente bolsas ou auxílios
- 10) Gostaria de participar de algum programa ou projeto direcionado à melhoria do desempenho acadêmico? () Sim () Não
- 11) Atualmente, na UFJF, todos os estudantes que possuem renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo têm direito a algum tipo de bolsa ou auxílio de assistência estudantil. Caso NÃO seja bolsista da PROAE, qual seria o motivo?
 - Sou bolsista da Proae
 - Não tenho interesse
 - Dificuldade no processo seletivo
 - Não conheço a assistência estudantil
- 12) Qual seu curso? (Lista de todos os cursos da UFJF)